



**UNIVERSIDADE DO PORTO
FACULDADE DE DIREITO
MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS**

EUGÊNIO DUARTE VASQUES

**O CAPITAL SOCIAL MÍNIMO NUMA ENCRUZILHADA – A
REALIDADE BRASILEIRA DA LEI DE EMPRESA INDIVIDUAL DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

Porto
2013

EUGÊNIO DUARTE VASQUES

**O CAPITAL SOCIAL MÍNIMO NUMA ENCRUZILHADA – A
REALIDADE BRASILEIRA DA LEI DE EMPRESA INDIVIDUAL DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA**

Projecto de dissertação a apresentar à Faculdade de Direito da Universidade do Porto para cumprimento dos requisitos necessários à candidatura ao Mestrado em Ciências Jurídicas Privativas, realizado sob a orientação científica do Professor Doutor Paulo de Tarso Domingues, Docente da Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

Porto
2013

RESUMO

A presente dissertação tem por escopo analisar os aspectos da empresa individual de responsabilidade limitada no ordenamento jurídico brasileiro, trazendo à tona a problemática da exigência de integralização de capital social mínimo para constituição da empresa. Para tanto, buscamos expor, inicialmente, o panorama histórico da responsabilidade do empresário individual, tratando, em seguida, do atual quadro português das sociedades por quotas unipessoais. Após tais considerações, nos concentramos abordar a situação do empresário individual no Brasil e a criação de uma nova espécie societária que garanta a limitação da responsabilidade do empresário individual, nos moldes similares à experiência portuguesa. Apesar do grande avanço no cenário empresarial, a nova legislação trouxe limitações ao desenvolvimento da atividade, qual seja, a exigência de capital social mínimo para constituição da empresa individual. Trazemos à baila as críticas a essa disposição, sugerindo as mudanças pertinentes e apresentando as ações já empreendidas no sentido de suprimir essa limitação, garantindo a efetividade do princípio da livre concorrência.

Palavras-chave: Direito Comercial. Sociedade por Quotas Unipessoal. Empresa Individual de Responsabilidade Limitada. Princípio da Livre Concorrência.

ABSTRACT

The scope of this essay is to analyze aspects of individual limited liability company in the Brazilian legal system, which raises the issue of the requirement of minimum capital contribution to the company's constitution. Therefore, we seek to expose initially the historical responsibility of the individual entrepreneur, and then the current context of Portuguese single shareholder private companies. After these considerations, we focus on addressing the situation of the individual entrepreneur in Brazil and the creation of a new species of corporation that guarantees the limitation of liability to the individual entrepreneur in a manner similar to the Portuguese experience. Despite the advances in the business scenario, new legislation brought limitations to the development of the activity, for example, the minimum capital requirement for the constitution of the Single-member company. It's also a part of this essay the criticism of this provision, suggesting relevant changes and presenting pertinent actions to suppress this limitation, ensuring the effectiveness of the principle of free competition.

Key-words: Commercial Law. Single-member company. Individual Limited Liability Company. Principle of free competition.

ABREVIATURAS

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade

AGU – Advocacia Geral da União

Art. – artigo

CC – Código Civil

CCJ – Comissão de Constituição e Justiça

CCP – Coordenação de Comissões Permanentes

CDEIC - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio

CEP – Código de Endereçamento Postal

CF – Constituição Federal

CFT - Comissão de Finanças e Tributação

cit. – citado

COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CPC – Código de Processo Civil

CSC – Código das sociedades comerciais portuguesas

CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Dep. – Deputado

DJE – Diário de Justiça Eletrônico

ed. – edição

EDA - Escritório de Direito Autorais

EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada

EPP - Empresa de pequeno porte

Ex. – Exemplo

FBN - Fundação Biblioteca Nacional

ICMS - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação

IPI - Produtos Industrializados

IRPJ - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica

ISS - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

ME - Microempresa

Min – Ministro

n. – número

Ob. Cit. – Obra previamente citada

p. – página.

PASEP – Programação de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PGR – Procuradoria Geral da República

PIB – Produto Interno Bruto

PIS – Programa de Integração Social

PL – Projeto de Lei

S/A – Sociedade Anônima

SQU – Sociedades por Quota Unipessoal

Ss – seguintes

STF – Supremo Tribunal Federal

vol. – volume

SUMÁRIO

ABREVIATURAS	2
INTRODUÇÃO.....	7
1. EVOLUÇÃO DO DIREITO COMERCIAL BRASILEIRO E DO CONCEITO DE EMPRESA INDIVIDUAL NO BRASIL E NO MUNDO	
1.1 Desenvolvimento histórico das Organizações Comerciais no Brasil.....	9
1.1.1 <i>A Teoria dos Atos de Comércio no Brasil.....</i>	11
1.1.2 <i>A Sociedade em Nome Coletivo e Sociedade em Nome Comum.....</i>	13
1.1.3 <i>Sociedade em Comandita Simples e em Conta de Participação.....</i>	16
1.1.4 <i>Sociedade em Comandita por Ações.....</i>	18
1.1.5 <i>Sociedade Anônima.....</i>	19
1.1.6 <i>Sociedade Limitada.....</i>	22
1.2 A Sociedade Unipessoal no Direito Comparado.....	23
1.2.1 <i>Panorama da Experiência Portuguesa de Sociedades por Quotas Unipessoais.....</i>	24
1.3 A unipessoalidade no ordenamento jurídico brasileiro.....	26
1.3.1 <i>A unipessoalidade temporária.....</i>	26
1.3.2 <i>Subsidiária Integral.....</i>	27
1.4 O Empresário Individual de Responsabilidade Limitada no Brasil.....	28
2. A AUTONOMIA PATRIMONIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA	
2.1 Considerações Gerais.....	30
2.2 Personalidade Jurídica.....	30
2.1.1 <i>Pessoa Jurídica de Caráter Empresarial.....</i>	31
2.3 Objetivos.....	32
2.4 Patrimônio de Afetação como Modalidade de Separação Patrimonial.....	33
2.5 Desconsideração da Pessoa Jurídica no Direito Português.....	34
2.6 Desconsideração da Pessoa Jurídica no Ordenamento jurídico brasileiro.....	35
2.7 Aplicação do “ultra vires societatis”.....	37
3. O MODELO BRASILEIRO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	
3.1 Constitucionalidade da Limitação de Responsabilidade.....	38
3.2 Regramento Jurídico - Linhas Gerais.....	40

3.3 Identificação da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.....	42
3.4 Da (não) possibilidade de EIRELI ser constituída por pessoa jurídica.....	43
3.5 Desconsideração da Personalidade Jurídica.....	45
3.6 Tributação e a compatibilidade com a microempresa e empresa de pequeno porte.....	46
3.7 Crítica à exploração da rentabilidade de direitos autorais.....	46
3.8 Aspectos Gerais da Falência.....	47
4. O CAPITAL SOCIAL NO CENÁRIO JURÍDICO BRASILEIRO E ANÁLISE CRÍTICA DA EXIGÊNCIA DE SUA MÍNIMA INTEGRALIZAÇÃO PARA CONSTITUIÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	
4.1 Diferença essencial entre Capital Social e Patrimônio.....	50
4.2 A função garantidora do Capital Social.....	51
4.3 Princípios Orientadores do Capital Social.....	52
4.3.1 <i>Princípio da Intangibilidade</i>	52
4.3.2 <i>Princípio da Realidade</i>	52
4.3.3 <i>Princípio da Congruência</i>	53
4.4 O Capital Social mínimo no Brasil.....	54
4.5 Princípio da Livre Iniciativa.....	54
4.6 Aumento e redução do Capital Social.....	55
4.7 O direito de recesso no ordenamento jurídico brasileiro.....	55
4.8 Crítica à exigência de capital social mínimo para constituição de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.....	57
4.9 Proposta legislativa de alteração da Lei 12.441/11.....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS.....	64
ANEXO I – Lei Federal 12.441 de 11 de julho de 2011.....	67
ANEXO II – Mensagem de veto Presidencial ao § 4º da Lei 12.441/11.....	69
ANEXO III – Movimentação Processual da Ação Direta de Inconstitucionalidade... nº 4637.....	70
ANEXO IV – PROJETO DE LEI Nº 2468 de 2011.....	73
ANEXO V – ÍNTEGRA DA TRAMITAÇÃO DO PL 2468/2011	74
ANEXO VI – RELATÓRIO ESTATÍSTICO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ – REGISTRO, MODIFICAÇÃO e EXTINÇÃO DE EMPRESAS.....	79

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem por objetivo primordial realizar uma análise acerca do moderno instituto da empresa individual de responsabilidade limitada, seu recente ingresso no ordenamento jurídico brasileiro e a situação de xeque em que se encontra o capital social mínimo como exigência para a constituição da empresa.

Seguindo o passo de uma tendência mundial, especialmente do modelo português de sociedade por quota unipessoal, o legislador brasileiro introduziu a empresa individual de responsabilidade limitada no rol das diferentes espécies de sociedades empresárias já existentes.

O estudo da espécie empresária em cotejo é justificado na necessidade de se extrair a responsabilidade ilimitada da pessoa natural que se lança na atividade empresarial, fornecendo-lhe, por conseguinte, estímulo para encarar a feroz disputa comercial.

Nesta espécie jurídica, podemos identificar uma mescla entre o empresário individual e as sociedades empresárias, por assim dizer. Trata-se de um modelo empresarial formado por apenas um sócio, o que, até pouco tempo, não era admitido pela legislação brasileira.

A responsabilidade ilimitada do empresário (pessoa natural) cria inúmeros empecilhos para o eficiente desempenho da atividade econômica. Aquelas pessoas naturais que se lançam no mercado como empresários com a meta de obter lucros encontram um sistema exposto a toda espécie de infortúnios como a elevada carga tributária, taxa de cambio desfavorável, estrutura estatal inadequada, rigidez da legislação trabalhista, privilégios fazendários, alto poderio econômico de fornecedores, entre outros fatores.

Todo o patrimônio da pessoa natural, que se transforma em empresário, fica afetado para garantir as obrigações inerentes à atividade empresarial. Em razão disso, a ousadia do empresário no exercício de sua atividade sofre um duro golpe, levando-o a selecionar menos empregados, investir menos, demandando maior remuneração para seu capital e encarecendo o produto final. Os custos e riscos decorrentes da responsabilidade ilimitada atingem a competitividade do empresário em um acirrado mercado concorrencial.

Nesta dissertação trataremos dos aspectos gerais da sociedade por quotas unipessoais sob a perspectiva do direito luso-brasileiro, trazendo à baila, de modo mais específico, a discussão que gira em torno da exigência de integralização de um capital social mínimo para constituição da modalidade empresarial.

Para que se atinjam os objetivos aqui delineados tomaremos como azimute as normas inerentes ao instituto no direito brasileiro, bem como o posicionamento doutrinário e jurisprudencial.

Apresentaremos argumentos divergentes no que concerne aos dispositivos e matérias de entendimento polêmico, baseando o estudo, eminentemente, em critérios bibliográficos e nas experiências das cortes judiciais brasileiras, bem como com a coleta de documentos textuais, como legislações atualizadas, doutrinas pertinentes e publicações em sítios e revistas.

1. EVOLUÇÃO DO DIREITO COMERCIAL BRASILEIRO E DO CONCEITO DE EMPRESA INDIVIDUAL NO BRASIL E NO MUNDO

1.1. Desenvolvimento histórico das Organizações Comerciais no Brasil

Para um melhor entendimento das nuances relativas ao conceito da Empresa Individual, queda-se necessária uma breve estruturação histórica a respeito do surgimento e evolução das organizações comerciais. Com uma brevíssima retrospectiva, demonstrar-se-á porque a limitação da responsabilidade do Empresário Individual pode ser considerada como um último passo na evolução dos organismos comerciais dentro da realidade empresarial brasileira.

Todas as espécies de empreendimentos econômicos surgiram com alicerces em diferentes fundamentos históricos e sociais. Desta sorte, o surgimento de novos empreendimentos econômicos aconteceu de modo sistemático, como forma de suprir as deficiências de um modelo anterior. A análise dos atuais modelos de organização empresarial revela que todas as representações comerciais encontram-se umbilicalmente ligadas por um elo evolutivo, desde os primitivos empreendimentos individuais até os atuais conglomerados empresariais.

A retrospectiva histórica acerca do surgimento das Organizações Empresariais revela-se de vital importância para uma excelente compreensão do tema, vez que justifica, com embasamento histórico e teórico, o porquê dos inúmeros debates referentes à limitação de responsabilidade, e, posteriormente, à limitação da responsabilidade do empresário individual.

A origem do Direito Comercial aconteceu de modo inteiramente informal. O Estado, a princípio, não interferia diretamente nos pequenos empreendimentos econômicos. Os usos e costumes da época direcionavam as relações comerciais primitivas.

Como é cediço, o homem, por natureza, revela-se incompleto, isto é, como a grande maioria dos animais, necessita estabelecer relações com outros seres para conseguir satisfazer suas necessidades.

Dotado de racionalidade e capacidade cognitiva única na natureza, o homem consegue imprimir especialização às suas atividades rotineiras, que variam de acordo com inúmeros fatores: desde circunstâncias sociais a elementos geográficos da região onde habita. Em virtude dessa especialização, tornaram-se comuns as situações que os indivíduos produziam

mais que o necessário para si e para sua família. O excesso produtivo aliado à busca de satisfação pessoal gerou o fenômeno do comércio.

O comércio, em sua faceta primitiva, nada mais foi que uma convergência de seres humanos com o objetivo de trocar o excesso de suas produções, buscando, assim, atender suas necessidades com aquilo que não fossem capazes de produzir.

Os primeiros empreendimentos econômicos de que se tem registro no Brasil foram exercidos de forma individual e rústica. Como marco inicial da atividade comercial no Brasil pode-se destacar o escambo. Por escambo entende-se uma transação em que cada uma das partes entrega um bem ou presta um serviço para outra, com o intuito de receber desta outra parte um bem ou serviço, ou seja, as operações não utilizam moeda.¹

Na época da colonização do Brasil, os índios nativos não realizavam qualquer espécie de transação monetária, o que levou os colonizadores a adotarem a prática do escambo com os povos que habitavam as terras brasileiras. Estabelecidos os primeiros assentamentos, os pequenos comerciantes iniciaram seus empreendimentos de forma a fazer circular os produtos da Colônia.

Durante o período colonial brasileiro, às relações comerciais era aplicado o direito português, vez que a Colônia estava submetida à Coroa Portuguesa. Em 1603, sob a regência de Felipe II, foram editadas as Ordenações Filipinas que, além de tratarem de matérias relativas ao Direito Penal e Processual, regulavam as transações comerciais. Em 1769, foi editada a chamada Lei da Boa Razão. O indigitado diploma legal disciplinava as lacunas deixadas pelas Ordenações Filipinas e legislação comercial portuguesa em geral, orientando que, na ausência de preceito legal, deveriam ser adotadas as leis de outras “nações cristãs, iluminadas e polidas, que com elas estavam resplandecendo na boa, depurada e sã jurisprudência”.²

As Ordenações Filipinas perduraram até a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, em 1808, quando, então, teve origem o Direito Comercial brasileiro com a abertura dos portos às nações amigas.

O Código Comercial Brasileiro teve sua gênese em 1834, quando uma comissão de comerciantes apresentou ao Congresso Nacional um projeto que regulamentava a atividade comercial. Após uma tramitação de mais de 15 anos, foi promulgada a Lei 556 de 25 de junho de 1850, o Código Comercial Brasileiro, que teve inspiração nos Códigos de Comércio

¹ MARTINS, Fran – **Curso de Direito Comercial**. 3ªed. Rio de Janeiro: Forense, 1991, p. 1.

² COELHO, Fábio Ulhoa – **Curso de Direito Comercial: direito de empresa**. 11ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007, vol.1, p. 21-22.

de Portugal, da França e da Espanha.³

1.1.1. A Teoria dos Atos de Comércio no Brasil

A Teoria dos Atos de Comércio, de origem francesa, aparece como uma segunda fase na linha de evolução do Direito Comercial. O fundamento de sua principal premissa segue uma linha objetiva e encontra-se delineado no objeto da ação do agente, ou seja, o comerciante era caracterizado por sua atividade comercial.⁴

Deste modo, qualquer pessoa que praticasse atos definidos, legalmente, como de comércio, poderia ser considerada comerciante, sem a necessidade de estar ligada a Tribunais de Comércio ou Associações de Comerciante.

O Código Comercial brasileiro adotou a teoria francesa dos atos de comércio. Como já explanado, a qualificação do comerciante não residia no sujeito da ação, mas nos atos por ele praticados de forma habitual e profissional. Deste modo, qualquer cidadão poderia realizar a atividade econômica, bastando, para tanto, realizar atos tidos pela lei como de prática comercial.

Todavia, o art. 4º do Código Comercial de 1850 deu traços de subjetividade ao prever que apenas os comerciantes matriculados em Tribunais de Comércio do Império poderiam gozar dos privilégios previstos no Código Comercial.⁵

Apesar de o Código Comercial brasileiro ter por base a teoria dos atos de comércio, nenhum de seus dispositivos apresenta a descrição do que seriam os atos de comércio, assim como faz o Código Comercial Francês de 1807, editado por Napoleão I.

Entretanto, essa omissão ocorreu de modo proposital, vez que a enumeração dos atos de comércio vinha causando inúmeras divergências de cunho doutrinário e jurisprudencial na Europa, notadamente em relação à diferenciação entre a natureza comercial e civil de certas atividades econômicas. Desta feita, buscando evitar a repetição das disputas judiciais no Brasil, o legislador brasileiro achou por bem não listar os atos de comércio na Lei nº 556.⁶

Mencionadas divergências ocorriam em virtude de teoria dos atos de comércio não permitir a elaboração de um critério científico específico para que se defina o caráter

³ COELHO, Fábio Ulhoa – **Curso de Direito Comercial**... idem, p. 22.

⁴ COELHO, Fábio Ulhoa – **Curso de Direito Comercial**... ibidem, p. 22.

⁵ Art. 4 - Ninguém é reputado comerciante para efeito de gozar da proteção que este Código liberaliza em favor do comércio, sem que se tenha matriculado em algum dos Tribunais do Comércio do Império, e faça da mercancia profissão habitual (artigo nº 9).

⁶ COELHO, Fábio Ulhoa – **Curso de Direito Comercial**... ob. cit., p. 22.

comercial de um ato, revelando grande imbróglio quando determinado ato não se encontra enumerado no imperativo legal.

Outrossim, o legislador não pôde esquivar-se de designar alguns dos atos de comércio no país, tendo o feito no Regulamento nº 737, de 1850, especificamente nos artigos 19 e 20, que teve por base o Código de Comércio Francês. A enumeração dos atos de comércio, constante no Regulamento, tinha por objetivo, além de diferenciar comerciantes de não comerciantes, delinear o conteúdo da matéria a fim de definir a competência dos Tribunais de Comércio, bem como indicar os legitimados a postulareem perante esses Tribunais, ou seja, os comerciantes.⁷

Ocorre que, no ano de 1875, os Tribunais de Comércio foram extintos e o processo passou a ser uno, não havendo mais necessidade de diferenciar, para fins jurisdicionais, a atividade comercial da atividade civil.

Destarte, apesar de, sob o prisma processual, a teoria dos atos de comércio ter perdido sua relevância no Brasil, continuou a ser necessária para diferenciar o comerciante do não comerciante, vez que a lei previa tratamento jurídico diferenciado para os que desenvolviam atividade econômica de caráter comercial.

Posteriormente, o Código de Processo Civil de 1939 revogou o Regulamento nº 737 de 1850, deixando de existir no país, desde então, lei que enumerasse os atos de comércio. Com a revogação do Regulamento, a definição de comercialidade restou deveras prejudicada, não havendo qualquer critério seguro, pelo menos até a vigência do Código Civil de 2002, para definição do conteúdo comercial.

No Brasil, após 1939, a falta de definição legal foi intensificada pelo perfil da teoria da empresa adotado por diversos diplomas legais. Ademais a doutrina passou a prestigiar o estudo da teoria da italiana em detrimento da escola francesa dos atos de comércio, influenciando as decisões dos Tribunais pátrios que passaram, também, a adotar a escola italiana.⁸

A verdade é que até a vigência do Código Civil de 2002, o direito comercial brasileiro passou por um período de grande desorganização. No referente ao conteúdo da matéria comercial, pode-se identificar, em diversas ocasiões, a adoção da teoria da empresa e, em outras, o uso da teoria dos atos de comércio, ainda com os preceitos jurídicos do Regulamento de 1850.

⁷ COELHO, Fábio Ulhoa – **Curso de Direito Comercial...** idem, p. 22.

⁸ COELHO, Fábio Ulhoa – **Curso de Direito Comercial...** ibidem, p. 26.

Como exemplo das divergências, podemos destacar inúmeras decisões quanto à natureza de clínicas de serviços médicos. Pela teoria italiana da empresa, proliferaram-se incontáveis decisões judiciais considerando essa atividade como de natureza comercial. Por outro lado, mesmo após a revogação do Regulamento 737, os Tribunais do país, com fundamento na teoria francesa dos atos de comércio, afastaram o regime comercial dessas instituições.

Saliente-se, aqui, a importância prática dessas decisões. Afastada a natureza comercial da atividade, aquele empreendimento não estaria contemplado, por exemplo, pela Lei de Falência (Decreto-Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945), segundo a qual apenas podiam beneficiar-se da concordata e submeter-se à falência aqueles que exerciam atividade econômica de natureza comercial.

O período de transição entre a teoria dos atos do comércio, presente no Código Comercial, e a Teoria da Empresa, presente em importantes diplomas comerciais⁹ (por Ex.), foi superado com o Código Civil brasileiro de 2002.¹⁰

1.1.2. A Sociedade em Nome Coletivo e Sociedade em Nome Comum

O aparecimento da *Sociedade em Nome Coletivo* e da *Sociedade em Nome Comum*, as primeiras a serem regulamentadas através de lei específica, se deu de forma simultânea, não sendo possível explicar a criação destes institutos de forma autônoma, fazendo-se necessário um estudo em conjunto.

Antes de adentrarmos aos aspectos jurídicos dos institutos, torna-se imperiosa uma breve retrospectiva histórica de um tempo anterior ao da instituição desses dois tipos societários.

No direito brasileiro, ainda hoje, pode-se observar uma estreita ligação com o direito lusitano, que, por seu turno, recebeu notável influência do direito romano. Por conseguinte, o direito pátrio reflete incontestáveis resquícios dos institutos jurídicos romanos que possuíam caráter essencialmente patriarcal.

Em virtude desse predicado patriarcal, os pequenos empreendimentos econômicos romanos eram administrados pelo chefe da família, o *pater familiae*. Apenas com o

⁹ Lei nº 6404, de 15 de dezembro de 1976, Lei das Sociedades Anônimas; Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, Lei de Registro Público de Empresas; Lei nº 8.884, de 20 de julho de 1.994, Lei de Defesa da Livre Concorrência; Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1.996, Lei da Propriedade Industrial; Lei nº 9841, de 05 de outubro de 1.999, Novo Estatuto da Microempresa de Pequeno Porte.

¹⁰ RAMOS, André Luiz Santa Cruz – **Curso de Direito Empresarial**: o novo regime jurídico-empresarial brasileiro. 2ª ed. Salvador: JusPodium, 2009, p. 61.

falecimento deste os filhos homens assumiam o empreendimento deixado pelo pai, refletindo a grande influência do aspecto social e cultural sobre a evolução do comércio.

Na Roma Antiga, as necessidades familiares motivaram a união do *pater familiae* com seus herdeiros para persecução de objetivos em comum. Esse agrupamento familiar foi chamado de *societas romanas*. As *societas romanas* são reconhecidamente as antecedentes históricas das chamadas sociedades em nome coletivo.¹¹

Hodiernamente, no direito brasileiro, as sociedades em nome coletivo são constituídas por sócios com personalidade física e responsáveis ilimitada e solidariamente pelos débitos sociais. Assim, caso a atividade empresarial desenvolvida tornar-se infrutífera, seus bens pessoais poderão responder diretamente pelos débitos sociais.¹²

A não limitação da responsabilidade dos associados também era uma realidade das chamadas *societas romanas*. Os sócios, ou seja, os herdeiros, respondiam com todo seu patrimônio pelas obrigações sociais.¹³

As sociedades em nome coletivo, em sua essência, surgiram na Idade Média, no momento em que o Estado passou a interferir nas relações econômicas, através do instrumento obrigatório do registro.

Nesse momento, pode-se constatar uma evolução em comparação ao instituto das *societas romanas*, visto que esse novo tipo de organização societária não mais exigia os laços familiares, bem como a exigência do registro distinguiu a personalidade da sociedade da dos sócios.¹⁴

Surgem, então, as chamadas corporações medievais de ofício, que são exemplos clássicos da chamada Teoria Subjetiva do Direito Comercial que hasteia o pendão da primeira

¹¹ MARTINS FILHO, Antônio – **Limitação da responsabilidade do comerciante individual**. 2ª ed. Fortaleza: Casa José de Alencar, 1999, p. 289.

¹² ROMANO, Cristiano – **Empresa é risco**: como interpretar a nova definição. São Paulo: Malheiros, 2007, p.259, refere que “em verdade, mesmo hoje, a característica principal da sociedade em nome coletivo consiste em que todos os sócios têm responsabilidade ilimitada, solidária e subsidiária pelas obrigações sociais. Ilimitada porque cada sócio responde com seu patrimônio particular inteiro; solidária porque qualquer sócio pode ser executado individualmente pela totalidade da dívida social, subsidiária porque os bens particulares dos sócios ‘não podem ser executados por dívidas da sociedade, senão depois de executados os bens sociais’ (Código Civil, art. 1024).”

¹³ MARTINS FILHO, Antônio – **Limitação da responsabilidade...** ob. cit., p. 289, refere que “A *societas* do direito romano é apontada como ponto de partida do princípio da limitação da responsabilidade. Não se tratava, é certo, de uma sociedade comercial com todas as características que hoje a definem, mas, assim, de um contrato em que duas ou mais pessoas deliberavam reciprocamente pôr em comum seus bens e serviços, com o objetivo de utilidade também comum.”

¹⁴ MARTINS FILHO, Antônio – **Limitação da responsabilidade...** *idem*, p. 290, refere que “A sociedade em nome coletivo, cronologicamente considerada a primeira instituição corporativa do direito mercantil, ainda hoje conserva os seus fundamentos originários: responsabilidade ilimitada e solidariedade dos sócios. Já aí se evidencia a existência de um patrimônio comercial distinto e que não se confunde com os dos respectivos associados.”

fase evolutiva do direito comercial.

Pela teoria subjetiva só seriam considerados comerciantes aqueles que estivessem devidamente registrados perante os órgãos estatais. O foco, diferentemente da teoria dos atos do comércio, não estava nas atividades exercidas pelo comerciante, mas sim na sua presença ou não nos registros do Estado.¹⁵

Tratava-se de um sistema eminentemente classicista, no qual, para identificação do comerciante, analisava-se a sua titularidade e presença nos registros das corporações de ofício.

Com o passar dos anos, em razão dos custos e burocracia dos registros, surgiram as sociedades de fato. Como o registro concedia à sociedade a titularidade de sociedade em nome coletivo, as sociedades de fato foram tidas, muitas vezes, por sociedades irregulares. As sociedades de fato exerciam suas atividades fora do âmbito de controle e fiscalização do Estado, tendo em vista que funcionavam sem registro perante as classes já instituídas.

Atualmente, no Brasil, a sociedade em nome coletivo e a sociedade em nome comum possuem organização societária bastante semelhante e seus sócios respondem de forma ilimitada e solidária pelos débitos sociais.

Todavia, com o intuito de beneficiar os empresários registrados, e de forma a incentivar os futuros empreendedores a proceder de forma regular suas atividades, o legislador pátrio atribuiu responsabilidade subsidiária às sociedades em nome coletivo devidamente registradas.

Assim, o benefício de ordem é atribuído somente às empresas que possuam registro perante a Junta Comercial e os sócios só poderão ser acionados por obrigações sociais depois de esgotado o patrimônio societário. O benefício ofertado pela legislação revela um incentivo estatal à regularidade da escrituração das atividades empresariais.

Contrastando com o benefício deferido às sociedades regularmente registradas, a legislação impõe uma série de sanções aos empreendimentos sem regularização, como a ilegitimidade processual para requerer falência e a vedação de requerer recuperação judicial, bem como impossibilidade de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.¹⁶

¹⁵ REQUIÃO, Rubens – **Curso de Direito Comercial**. 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003, vol. 1, p.11, refere que “Temos, nesta fase, o período estritamente *subjetivista* do direito comercial a serviço do comerciante, isto é, um direito *corporativo, profissional, especial, autônomo*, em relação ao direito territorial e civil, e *consuetudinário*. Como o comércio não tem fronteiras, e as operações mercantis se repetem em massa, transpira nítido o seu sentido *cosmopolita*.”

¹⁶ COELHO, Fábio Ulhoa – **Curso de Direito Comercial**. 11ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007, vol. 2, p. 75. “Além dessa sanção, a sociedade empresária irregular não tem legitimidade ativa para pedido de falência de outro comerciante (LF, art. 97 § 1º) e não pode requerer a recuperação judicial (LF, art. 51, V). A falta do

1.1.3. Sociedade em Comandita Simples e em Conta de Participação

Como visto, o registro comercial que passou a ser exigido pelo Estado, já na idade média, sedimentou a distinção entre a personalidade jurídica da sociedade e dos sócios que a integravam. Diante deste panorama, os empreendedores imprimiram esforços no sentido de obter a limitação de suas responsabilidades pelos débitos sociais que, até então, eram ilimitadas e solidárias.

Os empreendimentos eram, de fato, bastante arriscados e os comerciantes estavam sempre suscetíveis a responder, integralmente com seu patrimônio, por eventuais débitos contraídos durante o exercício da atividade comercial.

Esse risco, unido a outros fatores, culminava com um desestímulo por parte dos comerciantes em regularizar suas sociedades, aliando-se, não raras vezes, à informalidade.

Ademais, na idade média, outros interesses permeavam a busca pela limitação de responsabilidade. Se implantada fosse, sujeitos que até então estavam impedidos de exercer a atividade comercial devido às suas funções como clérigos e militares, poderiam praticar o comércio e participar das sociedades na qualidade de sócio.

Assomadas a tantos outros interesses, a ideia da limitação das responsabilidades dos sócios começou a ser maturada no contexto comercial europeu da idade média.

Nesse cenário, surgem as sociedades em comandita simples e as sociedades em conta de participação. Ambas têm uma origem comum, o chamado contrato de *comenda*, modelo bastante utilizado no comércio marítimo.

Em meados do século XII, surgiu na Europa a figura da *commenda* que, inclusive, delineou a estrutura básica do contrato de agência moderno. À época o comerciante ou produtor (*commendator*) atribuía a um intendente (*tractator*) a responsabilidade de tratar de seus negócios em lugares distantes da sede do centro de produção e/ou distribuição dos seus produtos, poupando custos com deslocamentos. Em contrapartida, o *tractator* obtinha uma compensação em cima do lucro auferido com os negócios por ele realizados.¹⁷

Posteriormente, no século XVI, a figura da *commenda* foi substituída pela **comissão**.

registro na Junta Comercial importa, também, a aplicação de sanções de natureza fiscal e administrativa. Assim, o descumprimento da obrigação comercial acarretará a impossibilidade de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), e nos cadastros estaduais e municipais [...].”

¹⁷ VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc – **Curso de direito comercial 2**. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 289, refere que “Passando a analisar a sociedade em comandita simples e tomando por base os estudos de Paul Rheme, verificamos que ela tem origem na sociedade denominada *commenda* ou *encomienda* celebrada entre um sócio capitalista (*commendator* ou *sociusstans*) e outro sócio que ‘fazia trabalhar’ o capital (*commendatarius*, *tractador*, *portador*, *portitor*).”

Nesta modalidade comercial, o comissário obrigava-se a realizar atos ou negócios em favor de outrem (comitente), seguindo as determinações deste, porém em nome próprio, obrigando-se, portanto, perante terceiros através do *star Del credere*.¹⁸ Ao concluir os negócios o comitente percebia uma remuneração, geralmente, convencionada em porcentagem sobre os valores das vendas ou outros negócios.

Este novo contrato estabeleceu a criação de dois tipos de sócios na sociedade em comandita simples. O sócio capitalista ou *commendator*, atualmente correspondente ao sócio comanditário no direito brasileiro, era aquele que empregava seu dinheiro ou suas mercadorias e teria sua responsabilidade limitada ao montante desembolsado para o desempenho da atividade comercial. Já o sócio *commendatarius*, correspondente ao sócio comanditado, era aquele recebia as quantias e exercia a atividade diretamente e possuía uma responsabilidade limitada.

O contrato social, além de limitar a responsabilidade do sócio *commendatarius*, possuía um caráter sigiloso, o que satisfazia os interesses de muitos associados que desejavam ter preservadas suas identidades, tendo em vista os impedimentos de exercício para atividade comercial.

O registro foi o elemento diferenciador da sociedade em comandita simples e da sociedade em conta de participação

No século XV, em 30 de novembro de 1408, foi promulgada uma lei na cidade de Florença tornando obrigatório levar ao registro da corporação de mercadores o contrato de sociedade em comandita simples. Esse registro se impôs em virtude das inúmeras fraudes contra credores perpetradas, principalmente, pelos sócios ocultos.¹⁹

Assim, os contratos de comenda que fossem levados a registro eram considerados sociedades em comandita simples, enquanto os contratos deste tipo não registrados seriam considerados sociedades em conta de participação. Mais uma vez, é notória a tentativa do Estado em promover a regularidade das sociedades comerciais.

Esse elemento histórico foi reproduzido no Código Civil Brasileiro de 2002 que dispensa a constituição formal das sociedades em conta de participação, sendo-lhes vedada instituição de personalidade jurídica. Nem por vontade dos sócios o contrato social dessa espécie societária poderá ser levado a registro²⁰.

¹⁸ BALDI, Roberto – **Il Contratto di agenzia. La concessione di vendita. Il franchising**. 7ª ed. Milano: Giuffrè, 2000, p. 2.

¹⁹ FRANCO, Vera Helena de Mello – **Direito empresarial I: o empresário e seus auxiliares, o estabelecimento empresarial, as sociedades**. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 189.

²⁰ Art. 993 – O contrato produz efeito somente entre os sócios, e a eventual inscrição de seu instrumento em

Outro elemento trazido à atual conjuntura da sociedade em conta de participação é a existência do sócio participante, também chamado de sócio oculto. O sócio oculto é um mero investidor, que responderá, tão somente, pelo montante investido na sociedade, configurando, portanto, uma limitação de sua responsabilidade.²¹

1.1.4. Sociedade em Comandita por Ações

A sociedade em comandita por ações, como o próprio nome já sugere, trata-se de uma derivação da sociedade em comandita simples, surgida no século XVIII na França, normatizada pelo Código de Comércio Francês e fundada na necessidade de limitar a responsabilidade de alguns sócios.²²

A origem das sociedades em comandita por ações, como já dito, remonta ao direito francês. Dita espécie societária teve origem em razão da proibição imposta pelo Código de Comércio Francês de se constituírem sociedades anônimas sem autorização governamental.

Desta feita, com o objetivo de tornar mais fácil a constituição de sociedades onde inúmeros sócios pudessem titularizar a posição de acionistas, o Código Comercial Francês permitiu que nessas modalidades societárias os sócios comanditários pudessem dividir o seu investimento em ações, todavia, seguindo o regime estabelecido para as sociedades anônimas.

O capital social das sociedades, até então, era constituído por quotas. Com o aparecimento da sociedade em comandita por ações, surgiu a possibilidade de se fracionar o capital social em ações. Esta passou a ser única diferença entre os dois tipos de sociedade em comandita.

O surgimento da sociedade em comandita por ações representou uma grande evolução nas organizações comerciais da era moderna. As ações promoviam um maior dinamismo que as quotas, vez que sua transferência dispensava a alteração no ato constitutivo da sociedade. Por conseguinte, essa inovação legislativa francesa trouxe uma maior agilidade às atividades econômicas da época, dando novo ânimo às transações comerciais.²³

qualquer registro não confere personalidade jurídica à sociedade.

²¹ Art. 991 - Na sociedade em conta de participação, a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva.

²² VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc – **Curso de direito...** ob. cit., p. 289.

²³ VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc – **Curso de direito...** *idem*, p. 289, refere que: “Mais tarde no tempo surgiu uma outra modalidade de sociedade em comandita, a *comandita por ações*, cujo capital é dividido em ações. Esta já é encontrada em uso no século XVII na França, construída como a variante de uma sociedade em comandita simples, com a diferença de que as participações dos sócios eram representadas por ações e, portanto, livremente negociáveis, permitindo, desta forma, a saída e a entrada de sócios comanditários sem a necessidade

O Código Comercial Brasileiro de 1850 não enumerou a sociedade em comandita por ações como espécie societária. Houve, inclusive, vedação expressa à sua constituição pela Lei 3150 de 1852. Apenas em 1854, através do Decreto nº 1487, foi permitida a instituição dessa modalidade societária no Brasil.

Atualmente, a sociedade em comandita por ações encontra-se regulamentada pelo Código Civil de 2002 e possui duas espécies de sócios: sócios acionistas e sócios diretores.

O sócio diretor possui responsabilidade ilimitada e tem a função de administrar diretamente a atividade social, enquanto o sócio acionista é um mero investidor, não atuando diretamente nas atividades econômicas da empresa.²⁴

No Brasil, as disposições legais relativas às sociedades em comandita por ações utilizam, de modo subsidiário, a legislação cabível às sociedades anônimas, nas proporções em que não for contrária à natureza da sociedade em comandita por ações.

1.1.5. Sociedade Anônima

A origem das sociedades anônimas, conhecidas no Brasil como S/A's, é um ponto clássico de divergência doutrinária. As discussões giram em torno de quem haveria sido o precursor das sociedades anônimas, se o Banco de São Jorge, em Gênova, existente na época Renascentista, ou se as Companhias das Índias Ocidentais.

O Banco de São Jorge, antes denominado Casa de São Jorge, foi criado, no século XV, na cidade italiana de Gênova e reunia inúmeros credores daquela República. Seu surgimento remonta a um momento em que Gênova travava uma guerra contra a cidade de Veneza.

A instituição bancária foi criada a fim de que fosse implementado um mecanismo para renegociação das dívidas existentes, bem como para coleta de fundos, tendo em vista os altos gastos militares provenientes da guerra.²⁵

de alteração do contrato social.”

²⁴ COELHO, Fábio Ulhoa – **Curso de Direito Comercial, vol. 2...** ob. cit., p. 224, refere que “A diferença essencial com a outra sociedade por ações, a anônima, está na responsabilidade de parte dos sócios, os que administram a empresa, pelas obrigações sociais. Assim, na comandita por ações, o acionista, se não participa da administração da sociedade, tem responsabilidade limitada ao preço de emissão das ações que subscreveu ou adquiriu; já o que exerce funções de diretor (ou administrador) responde pelas obrigações da sociedade constituídas durante sua gestão, de forma subsidiária (após o exaurimento do patrimônio social), ilimitada (sem qualquer exoneração) e solidária (com os demais membros da diretoria).”

²⁵ COELHO, Fábio Ulhoa – **Curso de Direito Comercial: direito de empresa, vol. 1...** ob. cit., p. 64, refere que “Quando, no início do século XV, a república de Gênova empreendeu guerra contra Veneza, ela fez uso deste mecanismo para renegociar dívidas existentes e levantar novos empréstimos, de modo a arcar com as despesas da empresa bélica. A associação dos credores, surgida na oportunidade, denominada *Officium Procuratorum Sancti Georgii* (Casa de São Jorge), constituiu-se numa grande instituição financeira, que operou até os primórdios do século XIX.” VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc – **Curso de direito...** ob. cit., p.

Todavia, como já dito, o entendimento de que o Banco de São Jorge teria sido a primeira sociedade anônima existente não é pacífico. Parte da doutrina advoga no sentido de que os primeiros registros históricos apontam no sentido de que a Companhia das Índias Ocidentais teria, efetivamente, sido a primeira organização comercial a adotar a sociedade anônima como modalidade comercial.²⁶

Em que pese a celeuma quanto à sua origem, a doutrina majoritária comunga do entendimento que as sociedades anônimas passaram por três importantes fases até chegarem à sua atual configuração. Essas fases dividem-se em: *fase dos privilégios*, *fase da autorização governamental*, *fase da livre iniciativa*.

As sociedades anônimas, desde sua gênese, foram destacadas a oferecer suporte a empreendimentos de grande vulto, o que, invariavelmente, atraía a atenção do Estado. Em virtude da dimensão de suas atividades, bem como a possibilidade de lucro do empreendedor, inicialmente, a sociedade anônima só poderia ser estabelecida através de consulta ao Estado, que, em um primeiro momento, resumia-se à figura de um monarca.

Trata-se da fase dos privilégios. Nesta etapa de evolução, a constituição das sociedades anônimas dependia, exclusivamente, da aprovação unilateral do soberano. A este era conferido o poder de decidir quem poderia fazer o uso ou não do modelo societário. A interferência do monarca, por muitas vezes, transformou a sociedade anônima em uma sociedade de investimentos mistos, vez que a união entre o capital privado e o capital público tornou-se comum no ato da constituição da sociedade.

Esse estágio inicial da sociedade anônima, tendo em vista os inúmeros abusos cometidos na fase de privilégios, encontrou termo com a eclosão da Revolução Francesa, que deu início à queda de inúmeros monarcas em toda Europa.

A segunda fase de evolução das sociedades anônimas foi deflagrada pelo Código

290, refere que “A primeira sociedade anônima de que se tem notícia efetiva teria sido o Banco de São Jorge, de Gênova. Segundo Paul Rheme, seu aparecimento se deve ao resultado de uma consolidação de títulos da dívida pública, ocorrida em 1407. A reunião de credores veio a se organizar de forma corporativa, passando a operar como uma instituição bancária, cujo capital básico foi dividido proporcionalmente entre aqueles em partes inalienáveis e transmissíveis hereditariamente. Seus titulares tinham direito de participar nos lucros e intervir na administração corporativa.”

²⁶ VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc – **Curso de direito...** *idem*, p. 290, refere que “O Banco de São Jorge, no entanto, teria sido tão-somente uma sociedade anônima em fase anterior à embrionária – ou um *precedente histórico*, como se expressa Ascarelli. Na qualidade de instituto da economia moderna, seu nascimento se verifica na época colonialista, marcado pela companhia da Índias Ocidentais.” COELHO, Fábio Ulhoa – **Curso de Direito Comercial: direito de empresa, vol. 1...** *ob. cit.*, p. 64, refere que “Outras precursoras das sociedades anônimas foram as companhias de colonização, organizadas pelos estados modernos, nos séculos XVII e XVIII, para viabilizar os empreendimentos de conquista e manutenção das colônias, bem como o desenvolvimento do comércio ultramarino.

Comercial Francês de 1807, que condicionou a criação de sociedades anônimas à concessão de uma autorização governamental.²⁷

A fase da livre iniciativa segue à fase da autorização estatal. Neste estágio, as sociedades anônimas passaram a ser reguladas por diplomas próprios, com o mínimo de interferência do Estado.²⁸

O Brasil também passou por todas as três fases da trajetória histórica das sociedades anônimas. O Decreto nº 575 de 1849 disciplinava que todas as sociedades anônimas dependiam de autorização do governo para constituição.

O Código Comercial de 1850, nos seus artigos 295 a 299, regulamentava, ainda que sucintamente, a instituição das sociedades anônimas, que ainda dependiam de autorização governamental para funcionar.

Posteriormente, o Decreto-lei nº 2.627/40 regulamentou a matéria de forma mais completa, lançando as bases para a Lei da S/A que chegou ao ordenamento jurídico em 1976.

A Lei nº 6.404/76, ainda em vigor no país, regulou as Sociedades por Ações: tanto as sociedades anônimas, como as comanditas por ações. Foi editada com o objetivo de proteger os acionistas minoritários e fortalecer o mercado de capitais tendo como objetivos a proteção aos acionistas minoritários e o fortalecimento do mercado de capitais.

Em 1997, tendo em vista a postura neoliberal adotada pelo governo brasileiro, a Lei 9.457 promoveu algumas alterações na Lei das S/As, como a diminuição dos direitos dos acionistas minoritários que tinha por objetivo facilitar o processo de privatização de sociedades anônimas que estavam em poder do Estado.

No início da primeira década do século XXI, novas alterações foram realizadas na Lei das Sociedades Anônimas. Desta vez, a Lei 10.303 promoveu uma restauração dos direitos dos acionistas minoritários, tornando o mercado de capitais mais atraente aos investidores.

O surgimento das sociedades anônimas representou um grande salto na evolução das organizações comerciais, haja vista ter permitido que a limitação da responsabilidade fosse

²⁷ ASCARELLI, Tullio – O empresário. **Revista de Direito Mercantil**. São Paulo, vol. 36, n. 109, 1998, p. 458, refere que “O sistema da carta individual para cada companhia cedeu o lugar a uma disciplina legislativa geral; a constituição da sociedade ficou subordinada a uma autorização, que teve, no entanto, caráter administrativo; desapareceu a concessão de monopólios, contrastante com a liberdade de concorrência, que, desde o século XVIII, vinha-se impondo às consciências; de instituto que, originariamente, se prendia ao direito público e ao direito privado, passa a sociedade anônima a constituir um instituto típico de direito privado.”

²⁸ COELHO, Fábio Ulhoa – **Curso de Direito Comercial: direito de empresa, vol. 1...** ob. cit., p. 64, refere que “A doutrina divide a trajetória histórica das sociedades anônimas em três períodos: outorga, autorização e regulamentação. No primeiro, a personalização e a limitação da responsabilidade dos acionistas eram privilégios concedidos pelo monarca e, em geral, ligavam-se a monopólios colonialistas. No último, bastavam o registro, no órgão próprio, e a observância do regime legal específico.

atribuída indistintamente a todos os sócios, e não somente a uma determinada classe deles, como acontecia nas sociedades em comandita.

1.1.6. Sociedade Limitada

Apesar de a Sociedade Anônima oferecer a garantia de limitação de responsabilidade a todos os sócios, este modelo societário não era hábil a atender os empreendimentos de pequenos e médios comerciantes, tendo em vista que sua estrutura era destinada à execução de transações comerciais de alta complexidade.

Faltava, portanto, uma opção de organização societária que não possuisse tamanha complexidade ao passo que, ao mesmo tempo, atribuisse a limitação de responsabilidade aos sócios. Neste cenário surge, então, a figura da sociedade limitada.

A sociedade limitada ergueu-se como uma alternativa aos pequenos e médios empreendedores, que reclamavam um modelo onde se pudesse resguardar o patrimônio do agente econômico frente aos riscos inerentes à atividade empresarial. Este anseio serviu como dínamo para a concretização do modelo de sociedade limitada.

Sobre sua gênese, a doutrina brasileira diverge, apontando a Inglaterra ou Alemanha como seu país de origem.²⁹

Como já adiantado, o novo modelo societário veio atender aos anseios dos pequenos e médios empreendedores, vez que suas características adequavam-se, com perfeição, às atividades comerciais por eles desenvolvidas.³⁰

No Brasil, o instituto foi introduzido por intermédio do Decreto nº 3.708 de 1919. Todavia, indigitado diploma legal tratava o tema de modo extremamente sintético, obrigando os comerciantes e Tribunais a buscar soluções *extra legem* para solucionar as situações de conflitos que emergiam do exercício da atividade comercial.³¹

²⁹ REQUIÃO, Rubens – **Curso de Direito...** ob. cit., p. 460, refere que “O surgimento das sociedades por cotas de responsabilidade limitada está envolto de viva controvérsia. Uns consideram-nas de origem britânica, e outros, alemã. Deve-se essa divergência ao uso que a legislação inglesa fez da expressão *limited*, secundada pela legislação francesa de 1863, que instituiu uma sociedade anônima impropriamente denominada de *société à responsabilité limitée*.”

³⁰ VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc – **Curso de direito...** ob. cit., p. 291, refere que “Suas características consistiam em (i) constituição sob regras mais simples; (ii) base financeira menos rígida; (iii) organização interna mais flexível, com maior liberdade contratual, neste sentido, para a criatividade dos sócios; (iv) participação dos sócios diretamente na administração da sociedade; e (v) maior contato social entre os sócios do que na anônima.”

³¹ REQUIÃO, Rubens – **Curso de Direito...** ob. cit., p. 460, refere que “O Decreto nº 3.708 de 1919, foi muito recriminado pelas falhas e omissões que seu laconismo enseja. Severo, o Prof. Fran Martins invectiva o texto legal: ‘Há apenas um conglomerado de dispositivos, muitos deles sem sentido lógico, dentro do nosso sistema jurídico. E, acima de tudo, há uma falha absurda de detalhes que torna cansativo qualquer trabalho no sentido de

Apesar das falhas na legislação, houve uma massiva migração dos comerciantes para o modelo societário proposto pela Sociedade Limitada, deixando obsoletas e com pouco uso prático as demais modalidades societárias. Sem rressaibos de dúvida, pode-se afirmar que a limitação da responsabilidade dos sócios foi o grande atrativo para a massiva adesão à nova espécie societária.³²

1.2. A Sociedade Unipessoal no Direito Comparado.

Antes que se pormenorizem as raízes históricas da sociedade por quotas unipessoais, premente que se entenda as razões que justificam o surgimento dessa modalidade societária.

Como podemos observar, em todos os modelos societários cá esquadrinhados, a ação empresarial é sempre alavancada por mais de um indivíduo. Todavia, os agentes econômicos passaram a sentir a necessidade de se lançar sozinhos na atividade empresarial, não sendo obrigados a partilhar o projeto comercial com outros indivíduos, sem deixar de gozar, obviamente, das garantias patrimoniais oferecidas pela limitação de suas responsabilidades.

Nesse contexto, o modelo de sociedade unipessoal de responsabilidade limitada desponta no cenário jurídico internacional, onde, gradativamente, vai ganhando espaço no exercício da atividade comercial.

As primeiras referências de sociedades por quotas unipessoais com responsabilidade limitada remontam ao *Gesellschaft mit beschränkter Haftung* de 1882, na Alemanha. Referido diploma disciplinava que sociedades com responsabilidade limitada poderiam ser constituídas por uma ou mais pessoas.

A doutrina alemã admite a unipessoalidade tanto em sua forma originária como na forma derivada, através da retirada das quotas de todos os sócios, exceto de um. Tal fato não ensejaria o fim da pessoa jurídica, como acontece em outras espécies societárias.

Sob a influência do jurista austríaco Oscar Pisko, a inclusão da responsabilidade limitada de empresário aconteceu no Principado de Liechtenstein no ano de 1926. No entanto, à época, o Principado era um reconhecido “paraíso fiscal”, o que, por muito tempo, transmitiu a ideia de vinculação de sociedade unipessoal com tentativa de fraude a credores.

conceituar este tipo social, tendo por base as características do instituto.”

³² COELHO, Fábio Ulhoa – **Curso de Direito Comercial**, vol. 2... ob. cit., p. 224, refere que “A limitação da responsabilidade dos sócios, na limitada, corresponde a regra jurídica de estímulo à exploração das atividades econômicas. Seu beneficiário indireto e último é o próprio consumidor. De fato, poucas pessoas – ou nenhuma – dedicar-se-iam a organizar novas empresas se o insucesso da iniciativa pudesse redundar a perda de todo o patrimônio, amalhado ao longo de anos de trabalho e investimento, de uma ou mais gerações.”

Os estudos de Pisko concluíram que a personalidade jurídica não é uma convergência de vontades. Deveria prevalecer a ideia de um patrimônio separado destinado à atividade comercial. A responsabilidade limitada seria, então, reflexo da disposição de parte do patrimônio do comerciante, *zweckvermögen* (patrimônio de afetação) em virtude de um fim.

Na França, tendo em vista o princípio contratualista ínsito às relações comerciais regidas pelo Código Comercial Francês, a sociedade por quotas unipessoais encontram severo óbice para figurar entre os modelos societários.

Podemos destacar como único avanço no tema, o reconhecimento da sociedade unipessoal por derivação prevista na Lei 66.537, que disciplina não dissolução da sociedade no caso da reunião de todas quotas em único sócio. Todavia, aos antigos sócios é facultado requerer a dissolução da sociedade no prazo de um ano. A não dissolução automática da sociedade representa significativo avanço diante do conservadorismo contratualista francês.

Com o intuito de por fim à celeuma legislativa vigente, a XII Directiva nº 89/667/CEE, de dezembro de 1989 veio consolidar a tendência de fundar-se uma sociedade com um único sócio, coordenando as legislações dos Estados membros da Comunidade Europeia, com a imposição de normas gerais que eliminariam as diferenças existentes entre suas as legislações no tocante ao regime de sociedade de responsabilidade limitada com um único sócio.

1.2.1. Panorama da Experiência Portuguesa de Sociedades por Quotas Unipessoais

A partir de 1996, o ordenamento jurídico português passou a admitir a criação de sociedades por quotas de um único sócio. Tais sociedades podem ser constituídas desse modo na sua gênese, bem como podem ser resultado de uma transformação de uma sociedade, inicialmente, pluripessoal em unipessoal.³³

Essa espécie societária, por tratar-se de uma sociedade por quotas, segue as regras estabelecidas no ordenamento jurídico português para o tipo societário de sociedade por quotas.³⁴ Desse modo, no sentir da boa doutrina portuguesa, trata-se de um subtipo do tipo sociedade por quotas. Os tipos societários previstos no Código das Sociedades Comerciais são basicamente definidos pela configuração da participação social, pela responsabilidade assumida pelo sócio e pela estruturação orgânica que cada espécie societária apresenta.

Por ser um subtipo de sociedades por quota, vale para esse sistema societário o regime

³³ COSTA, Ricardo Alberto dos Santos – **A sociedade por quotas unipessoais no direito português**. Coimbra: Almedina, 2002, p. 267 e ss, em D.H. 1939, Chroniques, p. 1-4.

³⁴ SANTOS, Filipe Cassiano dos – Sociedades Unipessoais por quotas, exercício individual e reorganizações empresariais. **Direito das Sociedades em Revista**, Coimbra: Almedina, vol. 1, ano 1, 2009, p.118.

de limitação de responsabilidade do sócio pelas dívidas sociais. No entanto, a inexistência da responsabilidade do sócio encontra limites na remissão feita pelo art. 5º do CSC, revelando a relatividade da personalidade jurídica desta espécie empresária.

Assim, a utilização abusiva e ilícita da personalidade jurídica de uma sociedade unipessoal por quotas leva à responsabilização do sócio nos casos em que o patrimônio da sociedade se revele insuficiente para garantir as dívidas sociais provenientes de atuação abusiva.

Nos termos do nº 1 do art. 270.º - A, do Código de Sociedades Comerciais, para haver sociedade unipessoal por quotas em geral, deve haver apenas um sócio, sendo este o titular da integralidade das participações-quotas. No entanto, para a constituição da sociedade unipessoal, além de único sócio, deve haver declaração de vontade no sentido de se inaugurar essa espécie societária ou uma declaração específica nos casos de mudança de tipo de sociedade.

Desta feita, a inauguração de uma sociedade unipessoal pode acontecer a partir da constituição comum, mediante ato constitutivo, ou através de operações de reorganização empresarial.

Não há que se falar em assembleia de sócios neste subtipo societário. A lei determinou a transferência de todas as competências da assembleia para o sócio único. O sócio atua pessoalmente como órgão da sociedade unipessoal, devendo sempre situar suas decisões no plano da sociedade, sob pena de desvirtuar os objetivos sociais e afastar-se da lisura legal que deve pautar as ações sociais.

Evidente que a sociedade por quotas unipessoais proporciona uma maior liberdade ao único sócio quotista, que está garantido pela limitação de ataque ao seu patrimônio individual. Todavia, essa liberdade, avalizada pela dita proteção, pode gerar desdobramentos negativos perante terceiros, tendo em vista o uso abusivo da SQU, notadamente quando da prática da autocontratação.

A título exemplificativo, podemos indicar um financiamento contraído pela sociedade com o intuito de subsidiar o patrimônio pessoal do quotista, o que certamente porá em xeque a higidez financeira da empresa.

Com o fito de evitar práticas escusas dessa estirpe, o legislador português, no art. 270.º-F do CSC, estabeleceu uma rígida normatização, garantindo a plena separação entre a personalidade do sócio e da sociedade unipessoal, que se afigura como pressuposto essencial para a atribuição do beneplácito da responsabilidade limitada ao único quotista.

Segundo o artigo 270.º-F do CSC, os negócios devem cumprir os seguintes requisitos: (i) correspondência com a prossecução do objecto da sociedade; (ii) a forma escrita deve ser observada em qualquer caso; (iii) apresentação, com os documentos de que constem os negócios jurídicos em causa, do relatório de gestão e dos documentos de prestação de contas e a disponibilidade desses documentos negociais para consulta, a todo o tempo, por qualquer interessado na sede social.

Assim, a inobservância de quaisquer das disposições acima ventiladas é vista pelo legislador português como nociva para os credores de uma sociedade unipessoal, concorrendo para uma quebra da limitação da responsabilidade do sócio quotista com a consequente afetação do seu património pessoal.

1.3. A unipessoalidade no ordenamento jurídico brasileiro

Antes da entrada em vigor da Lei 12.441/2011, o direito brasileiro reconhecia a unipessoalidade em casos especiais, mais especificamente em duas hipóteses: (i) unipessoalidade temporária para sociedades limitadas e anônimas e (i) subsidiária integral.

1.3.1. Unipessoalidade temporária

A unipessoalidade é permitida de maneira temporária quando o quadro societário de uma sociedade, já estabelecida, é reduzido a um único sócio, que passa a concentrar todas as quotas ou ações.

Nessas situações, a legislação fornece um prazo para que o sócio remanescente reconstitua a pluralidade de sócios, para que a sociedade continue suas atividades. Neste período, a empresa existe e exerce suas atividades avalizada pelo permissivo legal, vez que o Direito Brasileiro pressupõe que uma sociedade empresária, para ser constituída, necessita de, no mínimo, dois sócios.

A concessão de prazo para reconstituição do quadro societário tem fundamento no princípio da preservação da empresa, que ganhou espaço na doutrina e jurisprudência pátria a partir da década de 60, evitando o desaparecimento repentino da sociedade empresária e suas nocivas repercussões.³⁵

No Brasil, a unipessoalidade temporária é admitida para as Sociedades Anônimas e

³⁵ COELHO, Fábio Ulhoa – **Curso de Direito Comercial**. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009, vol. 2, p. 475.

para Empresas de Responsabilidade Limitada.

A unipessoalidade temporária para as sociedades anônimas já era admitida desde o ano de 1940, quando da entrada em vigor do Decreto 2.627/40. Indigitada carta legislativa exigia um mínimo de 07 (sete) acionistas para a constituição de uma sociedade anônima³⁶. Todavia, reduzido o mínimo em assembleia geral, era permitido que a sociedade continuasse exercendo suas atividades até a assembleia geral ordinária seguinte à que se aferiu a redução de sócios para baixo do mínimo exigido. Não atingido o número mínimo de acionistas, a empresa deveria ser liquidada.

A Lei das Sociedades Anônimas, em seu art. 80, I, reduziu a exigência para um mínimo de 02 (dois acionistas). O diploma promulgado em 1964 seguiu o modelo estabelecido anteriormente, permitindo à companhia manter a regularidade de suas atividades até a restauração da pluralidade de acionistas, que deve ocorrer na assembleia geral ordinária seguinte à que houve a redução para patamar inferior ao mínimo exigido.

Já com relação às sociedades por quotas de responsabilidade limitada, o Código Civil, no art. 1033, IV, estabeleceu que, reduzido o número de sócios para 01 (um), a sociedade deveria ser dissolvida no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, caso não restaurada a pluralidade societária.

1.3.2. Subsidiária Integral

Além da previsão de funcionamento temporário com acionistas abaixo do mínimo exigido por lei, a Lei das Sociedades Anônimas trouxe uma inovação: a subsidiária integral.

Inspirada no modelo norte americano da “*wholly owned subsidiary*”³⁷, teve por objetivo superar a utilização de sociedades fictícias para atingir o número mínimo de acionistas exigido em lei.³⁸

³⁶ Artigo 38, 1º do Decreto-Lei 2.67/1940. “Art. 38. Nenhuma sociedade anônima poderá constituir-se sem que se verifiquem, preliminarmente, os seguintes requisitos:

1º, a subscrição, pelo menos por sete pessoas, de todo o capital social;”

³⁷ CARVALHOSA, Modesto – **Comentários à Lei de Sociedades Anônimas**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009, vol. 4, tomo II, p. 128.

³⁸ Exposição de Motivos nº 196, de 24 de junho de 1976, referente à Lei 6.404/76. “Subsidiária Integral. A companhia que tem por único acionista outra sociedade brasileira é expressamente admitida e regulada no artigo 252, que dá juridicidade ao fato diário, a que se vêem constrangidas as companhias, de usar “homens de palha” para subscreverem algumas ações, em cumprimento ao requisito formal de número mínimo de acionistas. Mas o Projeto não admite a companhia brasileira subsidiária integral de companhia estrangeira, para deixar claro que a lei veda a subordinação do interesse da sociedade nacional ao da estrangeira: os administradores da companhia brasileira controlada por acionistas estrangeiros, assim como o seu acionista controlador, têm sempre os deveres e responsabilidades definidos nos artigos 116, 117 e 154 e seguintes. A incorporação de ações, regulada no artigo 253 é meio de tornar a companhia subsidiária

A seção 47 do *Model Act* da *Ameican Bar Association*, editada no ano de 1962, passou a admitir a constituição de uma *corporation*, correspondente norte americano da sociedade anônima brasileira, por 01 (um) único acionista. Esse modelo foi utilizado como base para o desenvolvimento da subsidiária integral brasileira.³⁹

Assim, passou-se a admitir que uma sociedade seja sócia única de uma sociedade anônima, desde que cumpridas as exigências de aquela ser sociedade brasileira e de ser constituída mediante escritura pública, conforme previsão do art. 251 da Lei 6.404/76.

A empresa subsidiária integral, no ordenamento jurídico brasileiro, funciona como uma subdivisão da Sociedade Anônima nacional e sob seu exclusivo controle, com o fito de executar tarefas específicas no ramo de atividades da sociedade controladora.

As especificidades demonstradas lançaram, portanto, a ideia de impossibilidade da sociedade unipessoal no direito brasileiro, fornecendo as bases para o desenvolvimento e surgimento do modelo de empresário individual de responsabilidade limitada.

1.4. O Empresário Individual de Responsabilidade Limitada no Brasil

Seguindo o passo de uma tendência mundial, especialmente do modelo português de sociedade por quota unipessoal, o legislador brasileiro introduziu a empresa individual de responsabilidade limitada no rol das diferentes espécies de sociedades empresárias já existentes.

Até junho de 2011, o ordenamento jurídico brasileiro não admitia que se limitasse a responsabilidade do empresário individual, vigendo como regra, portanto, a responsabilidade ilimitada.

A limitação da responsabilidade societária, nos termos da legislação anterior, era condicionada à união do trabalho e capital de duas ou mais pessoas.

Esta disposição, a priori, tencionava proteger terceiros contra atuações fraudulentas de empresários individuais, que no uso da personalidade jurídica de sua empresa, buscavam fins ilícitos. No entanto, essa proibição, ao longo do tempo e da observância da experiência

integral, e equivale à incorporação de sociedade sem extinção da personalidade jurídica da incorporada. A disciplina legal da operação é necessária porque ela implica - tal como na incorporação de uma companhia por outra - em excepcionar o direito de preferência dos acionistas da incorporada de subscrever o aumento de capital necessário para efetivar a incorporação. Em compensação, para evitar que a subsidiária integral possa servir de instrumento para prejudicar acionistas minoritários da companhia controladora, o artigo 254 assegura direito de preferência para aquisição ou subscrição de ações do capital da subsidiária integral.”

³⁹ *Apud* FIGUEIREDO, Paulo Roberto Costa – **Subsidiaria integral**: a sociedade unipessoal no direito brasileiro. São Paulo: Saraiva, 1984, p. 39.

comparada, se revelou assaz ineficaz e prejudicial.

Na prática comercial diária, a falta de limite à responsabilidade do empresário individual demonstrou-se deveras ineficaz. A regra não alcançava sua finalidade primordial, qual seja inibir o comportamento ilícito, mas na verdade, estimulava a conduta que justamente que procurava evitar: a ilicitude.

Por muito tempo, o que se pode constatar na realidade brasileira foi que o sujeito que tencionava exercer individualmente atividade empresarial não desejava encarar os riscos da responsabilidade ilimitada. Desta feita, através de acertos com outras pessoas de sua confiança, constituía sociedades fictícias, isto é, sociedades empresárias que, formalmente, eram fundadas e registradas como sociedades de responsabilidade limitada, mas que, na prática, revelavam-se sociedades formadas por um único sócio, sócio este que exercia individualmente a atividade empresarial.

A aceitação da empresa sociedade unipessoal de responsabilidade limitada no ordenamento jurídico brasileiro não aconteceu de modo pacífico, ao revés, a instituição dessa espécie empresarial causou muita polêmica no meio jurídico nacional.

No entanto, prevaleceu o reclame daqueles que advogavam no sentido da criação do instituto, entre eles Fábio Ulhoa Coelho que defendeu a limitação da responsabilidade da empresa individual como condição necessária para o desenvolvimento de atividades empresariais no atual regime capitalista.⁴⁰

Desta feita, foi sancionada a Lei Federal 12.441/11, em 11 de julho de 2011, alterando o Código Civil Brasileiro e permitindo a constituição da empresa individual de responsabilidade limitada.⁴¹

⁴⁰ COELHO, Fábio Ulhoa – **Manual de Direito Comercial**. 25ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 132, refere que “a limitação da responsabilidade dos sócios é um mecanismo de socialização, entre os agentes econômicos, do risco de insucesso, presente em qualquer empresa. Trata-se de condição necessária ao desenvolvimento de atividades empresárias, no regime capitalista, pois a responsabilidade ilimitada desencoraja investimentos em empresas menos conservadoras.”

⁴¹ Art. 980-A. A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

2. A AUTONOMIA PATRIMONIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA

2.1. Considerações Gerais

É cediço que toda atividade comercial é, por natureza, arriscada. Desta feita, toda medida que tem por objetivo minorar os riscos inerentes à iniciativa empresarial é bem recebida por aqueles que estão diretamente envolvidos com as práticas comerciais, pois, ao passo que oferta mais segurança, incentiva-os a ampliar o leque de empreendimentos.

Os incentivos aos empresários têm reflexo direto na economia mundial e um dos mais importantes estímulos perfectibiliza-se na limitação da responsabilidade do titular da atividade empresarial, isto é, na autonomia patrimonial da sociedade empresária.⁴²

No Brasil, a separação entre o patrimônio do empresário e o da empresa ocorre em decorrência da personalização da empresa. O Código Civil Brasileiro disciplina que a personalidade da pessoa natural se inicia com o nascimento com vida. Já a pessoa jurídica nasce com o registro de seu ato constitutivo no órgão competente e possui existência distinta da de seus membros.

A sociedade empresária, como ficção jurídica, possui personalidade a própria e, uma vez constituída, não se confunde com as pessoas de seus sócios.

2.2. Personalidade Jurídica

Nem sempre é possível que o homem, atuando solitariamente, alcance determinados objetivos. Em razão disso, é comum que grupos com mesmos desígnios associem-se para a consecução de seus intentos.

Para que essa junção de indivíduos possa atuar no plano real e jurídico, dispondo de patrimônio próprio, é fundamental que se torne sujeito de direitos e obrigações, atribuindo-

⁴² COELHO, Fábio Ulhoa – **Curso de Direito Comercial: direito de empresa, vol. 1...** ob. cit., p. 15-16, refere que “Sua importância para o desenvolvimento de atividades econômicas, da produção e circulação de bens e serviços, é fundamental, na medida em que limita a possibilidade de perdas nos investimentos mais arriscados. A partir da afirmação do postulado jurídico de que o patrimônio dos sócios não responde por dívidas da sociedade, motivam-se investidores e empreendedores a aplicar dinheiro em atividades econômicas de maior envergadura e risco. Se não existisse o princípio da separação patrimonial, os insucessos na exploração da empresa poderiam significar a perda de todos os bens particulares dos sócios, amealhados ao longo do trabalho de uma vida ou mesmo de gerações, e, nesse quadro, menos pessoas se sentiriam estimuladas a desenvolver novas atividades empresariais. No final, o potencial econômico do país não estaria suficientemente otimizado, e as pessoas em geral ficariam prejudicadas, tendo menos acessos a bens e serviços. O princípio da autonomia patrimonial é importantíssimo para que o direito discipline de forma adequada a exploração da atividade econômica.”

lhe personalidade jurídica.

A expressão pessoa jurídica surgiu no século XIX e foi amplamente empregada por Savigny, o que acabou consagrando sua utilização no âmbito das ciências jurídicas.⁴³

Fábio Ulhoa Coelho leciona que “a pessoa jurídica é uma técnica de separação patrimonial em que se atribui personalidade própria ao patrimônio segredo.”⁴⁴

A doutrina aponta como elementos constitutivos da pessoa jurídica a reunião de pessoas ou bens, a destinação para um fim específico, a unidade organizacional e a estabilidade de propósitos.

Dentre conceitos mais complexos e outros simplificados, a doutrina é uníssona em atribuir à pessoa jurídica a aptidão de exercer direitos e contrair obrigações, isto é, capacidade de ser sujeito de direito.

2.1.1 Pessoa Jurídica de Caráter Empresarial

As uniões de pessoas físicas ou jurídicas podem ter ou não fins lucrativos. O Código Civil Brasileiro denomina de “associações” a reunião de pessoas sem fins econômicos, mas meramente recreativo, cultural, religioso, dentre outros.⁴⁵

Já a expressão “sociedades” é utilizada para identificar a reunião de pessoas físicas ou jurídicas para alcançar fins econômicos e, como já visto, são divididas em várias espécies.

Em que pesem as críticas doutrinárias⁴⁶, o marco do surgimento da sociedade empresária de direito privado é o registro de seu ato constitutivo no respectivo órgão, em geral a Junta Comercial ou em outro órgão apontado pela legislação, como, por exemplo, a *Subscrição Pública* de Sociedade Anônima, realizada mediante prévio registro da emissão na Comissão de Valores Mobiliários⁴⁷, que é quando se dá publicidade à existência daquele

⁴³ MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de – **Tratado de Direito Privado**. Campinas: Bookseller, 1999, tomo 1, p. 349.

⁴⁴ COELHO, Fábio Ulhoa – **Curso de Direito Civil**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012, vol. 1, p. 232.

⁴⁵ Art. 53, do Código Civil: Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.

⁴⁶ COELHO, Fábio Ulhoa – **Curso de Direito Comercial: direito de empresa, vol. 1...** ob. cit., p. 16-17, v. 2, refere que “(...) deve-se registrar certa impropriedade conceitual e lógica nessa sistemática. A rigor, desde o momento em que os sócios passam a atuar em conjunto, na exploração da atividade econômica, isto é, desde o contrato, ainda que verbal, de formação da sociedade, já se pode considerar existente a pessoa jurídica. Em outros termos, a melhor sistemática de disciplina da matéria não é a legal, que identifica no registro do ato responsável pela personalização da sociedade empresária, mas a compreensão de que o encontro de vontade dos sócios já é suficiente para dar origem a uma nova pessoa, no sentido técnico de sujeito despersonalizado. (...) Mas a sociedade empresária irregular deveria ser considerada já um sujeito de direito que é o de atribuição genérica de aptidão para os atos jurídicos.”

⁴⁷ Art. 88, da Lei 6.404/76. A constituição da companhia por subscrição particular do capital pode fazer-se por deliberação dos subscritores em assembléia-geral ou por escritura pública, considerando-se fundadores todos

organismo empresarial.⁴⁸

2.3. Objetivos

Com o registro do respectivo ato de constituição da sociedade empresária e sua consequente personificação, desponta um dos mais importantes efeitos do deferimento de personalidade jurídica às sociedades empresárias, qual seja a separação do patrimônio da sociedade do patrimônio dos sócios que a titularizam, consagrando, assim, uma limitação da responsabilidade destes (os sócios) em relação aos atos da pessoa jurídica.

A limitação da responsabilidade dos sócios é decorrente da separação patrimonial que, por seu turno, tem fundamento na personificação da sociedade.⁴⁹

O desiderato da separação patrimonial é a limitação dos riscos em situações comerciais pré-estabelecidas, fomentando a atividade empresarial.

Para um perfeito entendimento da autonomia patrimonial da empresa, mister que se clarifique as noções de obrigações, dívidas e responsabilidade, em face da confusão existente entre os conceitos de obrigação e responsabilidade, o que faz com que muitos advoguem pela impossibilidade da responsabilidade do empresário individual.

Desta feita, podemos conceituar obrigação como dever de adimplir uma prestação, uma ligação direta entre devedor e credor, que se origina de acordo entre as partes ou imperativo legal. A obrigação faz o nascer o direito de constrangimento do credor sobre o devedor.

Um eventual constrangimento patrimonial deve ser encarado como essência da

os subscritores. § 1º Se a forma escolhida for a de assembléia-geral, observar-se-á o disposto nos artigos 86 e 87, devendo ser entregues à assembléia o projeto do estatuto, assinado em duplicata por todos os subscritores do capital, e as listas ou boletins de subscrição de todas as ações. § 2º Preferida a escritura pública, será ela assinada por todos os subscritores, e conterà: a) a qualificação dos subscritores, nos termos do artigo 85; b) o estatuto da companhia; c) a relação das ações tomadas pelos subscritores e a importância das entradas pagas; d) a transcrição do recibo do depósito referido no número III do artigo 80; e) a transcrição do laudo de avaliação dos peritos, caso tenha havido subscrição do capital social em bens (artigo 8º); f) a nomeação dos primeiros administradores e, quando for o caso, dos fiscais.

⁴⁸ Art. 45, do Código Civil: Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.

⁴⁹ MARTINS, Fran – **Curso de Direito...** ob. cit., p. 137, refere que: “Muitas vezes nesta última classificação, confunde-se a responsabilidade da sociedade com a responsabilidade dos sócios. Deve-se, contudo, ter em mente que as sociedades comerciais, qualquer que seja a sua espécie, respondem sempre ilimitadamente, pelas obrigações que assumirem. [...] Quando se fala em responsabilidade ilimitada, essa se refere à responsabilidade dos sócios. Este é que, ao entrar para a sociedade, assumindo, portanto, a obrigação de concorrer para o capital social com determinada importância [...], podem comprometer-se a responder de modo subsidiário, ilimitada e solidariamente, pelas obrigações assumidas pela sociedade. Nestas condições, os sócios é que garantem, subsidiariamente, as obrigações sociais, e por tal razão as sociedades se chamam de responsabilidade ilimitada (dos sócios). [...] somente se o patrimônio social for insuficiente para saldar as obrigações é que os sócios serão chamados a solve-las com o seu patrimônio particular.”

obrigação e decorre de dois elementos: a dívida e a responsabilidade. O crédito pode ser entendido como o direito de tencionar ao adimplemento da obrigação assumida em função de acordo das vontades ou por imposição legal. Todavia, para que o credor possa agir sobre o patrimônio do devedor é necessário que se tenha em conta se o patrimônio atingido é o que deve responder por aquela dívida.⁵⁰

Desse modo, com a separação patrimonial, responsabilidade e dívida acabam por se sobrepor, fazendo com que um universo de bens, previamente destacados, responda pelas dívidas adquiridas por certo sujeito.

2.4. Patrimônio de Afetação como Modalidade de Separação Patrimonial

A modalidade mais aceita para a distinção patrimonial entre a empresa e seus titulares é a personalização daquela. Instituída a pessoa jurídica empresária, através da união de pessoas físicas e/ou naturais, seu patrimônio é formado pelo destaque de bens do patrimônio pessoal dos sócios, destinados a formar o *capital social* da empresa.

Todavia, a personalização da pessoa jurídica não é a única forma de garantir a separação patrimonial. O ordenamento abre uma possibilidade jurídica para a referida distinção, qual seja: a destinação de patrimônio de afetação.

O patrimônio de afetação pode ser compreendido como um conjunto de bens destinados a um fim específico. O ordenamento jurídico brasileiro apresenta diversas soluções jurídicas para tal desiderato, como: *o bem de família, bem público, os bens dados em garantia real, fideicomisso, rendas vitalícias*, dentre outros.

O instituidor do patrimônio de afetação atribuirá ao bem ou à fração dele, publicamente, mediante registro notarial, destinação específica, atribuindo-lhe utilidade para

⁵⁰ MACHADO, Sylvio Marcondes – **Limitação da responsabilidade de comerciante individual**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1956, p. 253-254, refere que: “A primeira é a simples relação de dívida, constituída por dois termos correlatos: 1º, pelo dever do obrigado, o qual pode ser definido como um estado de pressão psicológica, em que o mesmo se encontra, pela existência de um preceito jurídico que lhe impõe executar certa prestação para determinada pessoa; 2º, por uma legítima expectativa dessa pessoa, que pode ser definida como um estado de confiança jurídica, no qual se acha, de receber aquela prestação, pelo simples fato de que lhe é juridicamente devida. A segunda é a relação de dever jurídico e dá origem, por sua vez, a dois termos correlatos: 1º, um estado de sujeição de uma pessoa, de uma ou mais coisas, ou de todo um patrimônio; 2º, o correspondente direito, daquele a quem seja devida a prestação, de fazer valer tal sujeição, para tornar mais provável o cumprimento da prestação, por quem a deve, e obter o seu objetivo ou o valor respectivo, quando não espontaneamente cumprida. Assim, enquanto ao estado de simples dever jurídico, em que uma pessoa se encontra, não corresponde, na pessoa em favor da qual existe a dívida senão uma legítima expectativa, ao estado de responsabilidade dos bens corresponde um verdadeiro próprio direito. Mas este direito, o único que ao credor assiste, não é termo correlato da dívida do devedor, e sim da responsabilidade; e alcança, não o devedor, mas aquilo que responde por ele, isto é, bens seus ou de outra pessoa que lhe esteja vinculada.”

que possa funcionar como campo gravitacional de responsabilidades por obrigações assumidas em função do desempenho da atividade empresarial.

A afetação de patrimônio vem sendo empregada pelo ordenamento jurídico como maneira de solução de diversos anseios sociais, como por exemplo, a garantia de subsistência do núcleo familiar com a instituição do bem de família, ou do fideicomisso, como maneira de assegurar a continuidade da entidade filantrópica, por intermédio de fundações.

Em razão dos riscos inerentes ao desempenho da atividade empresarial, o instituto da afetação patrimonial vem sendo importado para o ramo empresarial como forma de fomentar e estimular os investimentos.

Importante exemplo da referida utilização é o disciplinado pela Lei 9.514/97, que prevê que os ativos percebidos por companhias de seguro que tem participação em operações de alienação fiduciária devem ser segredados do patrimônio da empresa, para serem aplicados conforme deliberação dos sócios.

Saliente-se, ainda, que para a instituição do patrimônio de afetação, alguns requisitos devem ser observados. É necessário que os bens afetados à atividade empresarial estejam desimpedidos, livres de quaisquer ônus; seja dada publicidade através do devido registro perante a Junta Comercial ou outro órgão definido em lei como competente para tal; que o titular da pessoa jurídica responda por diferença de valor dado em estimativa; que o propósito da afetação esteja bem definido e dele não se afaste; e, por fim, que quando da instituição, inexistam dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica ou, caso existam dívidas, o patrimônio restante seja capaz de suportá-las.

2.5. Desconsideração da Pessoa Jurídica no Direito Português

Impende, inicialmente, registrar, diferentemente do modelo brasileiro, a desconsideração da pessoa jurídica no direito português é fruto do trabalho conjunto da doutrina e da jurisprudência, não existindo regulação da matéria em sede de direito positivo⁵¹.

Desta feita, o instituto da desconsideração da pessoa jurídica é utilizado de maneira subsidiária, ou seja, quando foi inviável a aplicação de dispositivos legais, tendo lugar, portanto, dentro de uma restrita gama de possibilidades⁵².

⁵¹ RIBEIRO, Maria de Fátima – **A Tutela dos Credores da Sociedade por Quotas e a “Desconsideração da Personalidade Jurídica”**. Coimbra: Livraria Almedina, 2009, p. 515.

⁵² RIBEIRO, Maria de Fátima – **A Tutela dos Credores da...** ob. cit., p. 519.

A doutrina e jurisprudência portuguesa, em geral, apontam os seguintes casos para utilização do instituto da desconsideração da personalidade jurídica: (i) situações de controle da sociedade por apenas um sócio; (ii) subcapitalização da sociedade; (iii) descapitalização da sociedade; (iv) confusão patrimonial.⁵³

Todavia, a professora Maria de Fátima Ribeiro entende que o instituto da desconsideração da personalidade jurídica se aplicaria apenas aos casos de confusão patrimonial, senão vejamos.

Segundo a referida autora, as situações de controle da sociedade por apenas um sócio, por si só, não justifica a utilização da desconsideração da personalidade jurídica, haja vista previsão no ordenamento jurídico português de sociedades unipessoais de responsabilidade limitada⁵⁴.

Já a subcapitalização também é tolerada pelo legislador português, uma vez que não existe exigência legal de uma vigorosa estrutura de capital próprio para as empresas, razão pela qual a utilização da desconsideração da personalidade jurídica nesses casos revela-se desarrazoada⁵⁵.

A descapitalização da pessoa jurídica, em termos gerais, nada mais é que uma transferência de bens da empresa para seus sócios. Em um primeiro momento, poderia se revelar uma situação apta à utilização do instituto da desconsideração da pessoa jurídica. Todavia, o direito português prevê uma responsabilização dos administradores da empresa e a utilização da desconsideração da pessoa jurídica atuaria de modo subsidiário a essa solução⁵⁶. Por fim, dentre os casos elencados pela doutrina portuguesa para utilização do instituto da desconsideração, a Professora Maria de Fátima Ribeiro entende ser cabível apenas quando houver confusão entre o patrimônio da sociedade e dos sócios, vez que, nesses casos, a personalidade jurídica será aparente.⁵⁷

2.6 Desconsideração da Pessoa Jurídica no ordenamento jurídico brasileiro

O instituto da desconsideração da pessoa jurídica pode ser considerado inovação no ordenamento jurídico brasileiro. Apesar de proposto na prisca década de 1970, pelo conspícuo jurista e Ministro do Supremo Tribunal Federal, José Carlos Moreira Alves, o projeto apenas debutou no ordenamento jurídico brasileiro no ano de 2003, juntamente com a

⁵³ RIBEIRO, Maria de Fátima – **A Tutela dos Credores da...** idem, p. 525.

⁵⁴ RIBEIRO, Maria de Fátima – **A Tutela dos Credores da...** ibidem, p. 526.

⁵⁵ RIBEIRO, Maria de Fátima – **A Tutela dos Credores da...** ibidem, p. 537.

⁵⁶ RIBEIRO, Maria de Fátima – **A Tutela dos Credores da...** ibidem, p. 538.

⁵⁷ RIBEIRO, Maria de Fátima – **A Tutela dos Credores da...** ibidem, p. 52640

vigência do novel diploma civil.

Desta feita, nos casos em que fique constatado o abuso da personalidade jurídica por desvio de finalidade ou confusão patrimonial, os juízes, mediante provocação, poderão determinar que “*os efeitos de determinadas obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócio de pessoas jurídicas*”⁵⁸.

A desconsideração da pessoa jurídica possui raízes no direito inglês e norte americano. A título de ilustração, traz-se à baila o caso “*United States v. Milwaukee Refrigerator transit Co*”, onde, no ano de 1904, a jurisprudência americana, ampliando os precedentes, passou a admitir a aplicação da desconsideração quando a personalidade jurídica fosse utilizada para frustrar o interesse público, legitimar injustiça, acobertar fraude ou fazer defesa de crime.⁵⁹

Na atual concepção do tema, a despersonalização não deve ser entendida como uma total anulação da personalidade jurídica, mas, tão somente, como a declaração de sua inutilidade para determinado efeito concreto.

Desta sorte, somente em casos em que se verificar a ocorrência de abuso de direito ou fraude nos negócios jurídicos da pessoa jurídica, é que o juiz afasta a sua personalidade jurídica, lançando os efeitos do ato em face da pessoa física que se beneficiou ou o praticou.

Apesar de parte de a doutrina exigir a apuração de culpa ou dolo por parte do praticante do ato, a disposição legislativa é clara em olvidar da referida perquirição, devendo haver o afastamento da personalidade jurídica sempre que se manifestarem os elementos objetivos constituidores do desvio de finalidade ou confusão patrimonial.

O desvio de finalidade pode ser compreendido como o uso indevido ou destinação diferente que se deu à coisa em vez do destino que, no caso da pessoa jurídica, deveria ser o previsto em seu estatuto. É, portanto, a utilização de meios que não favorecerão a pessoa jurídica, mas, sim, um sócio ou qualquer outro beneficiário.

Já a confusão patrimonial acontece quando se obscura a distinção entre os patrimônios da pessoa jurídica e do titular, de modo a inviabilizar o discernimento das obrigações relativas a cada um.

Assim, a demonstração objetiva da ocorrência de qualquer dos fenômenos pré-citados

⁵⁸ Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

⁵⁹ ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção – Fundamentos da desconsideração da personalidade jurídica no sistema jurídico da Common Law e sua aplicação nos direitos inglês e norte-americano -influência no Código Brasileiro de Defesa do Consumidor. In: ALVES, A. F. de A.; GAMA, G. C. N. da. coords. – **Temas de Direito Civil – Empresarial**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008, p. 52.

autoriza o juiz a romper o véu que resguarda a responsabilidade pessoal do sócio ou administrador da pessoa jurídica, alcançando o patrimônio particular destes a fim de satisfazer as obrigações contraídas pela pessoa jurídica.

2.7 Aplicação do “*ultra vires societatis*”

O Código Civil pátrio prevê outra modalidade de responsabilização direta do administrador da pessoa jurídica⁶⁰. O art. 1.015 do referido diploma normativo dispõe que se o administrador, ao praticar atos de gestão, infringir o objeto social pré-definido no ato constitutivo da sociedade, esta ação não poderá ser atribuída à pessoa jurídica, ficando, portanto, isenta de responsabilidade, que recairá, inteira e pessoalmente, sobre o administrador.

O ato pode ser considerado, portanto, nulo, salvaguardando-se a pessoa jurídica. Assim, a sociedade fica isenta de responsabilidade perante terceiros, salvo tenha sido beneficiada com a prática do ato, quando, então, responderá na medida do resultado que lhe foi proveitoso.

Imperioso que se registre que a aplicação do “*ultra vires societatis*” diferencia-se da desconconsideração da pessoa jurídica. Em sede de desconconsideração da pessoa jurídica, nas hipóteses de desvio de finalidade e confusão, o ato é considerado válido e, caso o patrimônio do sócio ou administrador não possa suportar o ônus, a pessoa jurídica deverá fazê-lo. Já na aplicação do “*ultra vires societatis*”, o administrador age com excesso de poder, ou seja, extrapola os limites impostos no ato constitutivo da pessoa jurídica. Assim, o abuso de poder gera violação do objeto social lícito, retirando qualquer responsabilidade da pessoa jurídica, responsabilidade esta que recairá sobre a pessoa do administrador.

⁶⁰ Art. 1.015. No silêncio do contrato, os administradores podem praticar todos os atos pertinentes à gestão da sociedade; não constituindo objeto social, a oneração ou a venda de bens imóveis depende do que a maioria dos sócios decidir.

Parágrafo único. O excesso por parte dos administradores somente pode ser oposto a terceiros se ocorrer pelo menos uma das seguintes hipóteses:

I - se a limitação de poderes estiver inscrita ou averbada no registro próprio da sociedade;

II - provando-se que era conhecida do terceiro;

III - tratando-se de operação evidentemente estranha aos negócios da sociedade.

3. O MODELO BRASILEIRO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

A empresa individual de responsabilidade limitada foi introduzida no Brasil através da promulgação Lei Federal 12.441/2011, promovendo considerável inovação no cenário empresarial nacional.

Todavia, a aceitação dessa modalidade empresarial não aconteceu de modo pacífico no Brasil. A sociedade por quotas unipessoais encontrou severa resistência por parte do legislador brasileiro, que via a aprovação da matéria com reservas⁶¹.

Superado o preconceito legislativo, a inovação legislativa veio reforçar uma evolução no ramo do Direito Empresarial brasileiro, reverberando a tendência mundial, vez que, como já referido, o ordenamento jurídico brasileiro anterior não avalizava qualquer espécie de limitação patrimonial ao sujeito que exercesse de forma individual a atividade da empresa.

3.1. Constitucionalidade da Limitação de Responsabilidade

Antes de vergastar os aspectos da carta instituidora da EIRELI, imperioso que se discorra a respeito da receptividade constitucional da matéria.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 causou grandes reflexos em todos os ramos do Direito, notadamente no âmbito do Direito Privado. A interpenetração entre as disposições constitucionais e o Direito Privado é elemento patente, pondo fim ao paradigma de isolamento desses ramos do Direito⁶².

É notória a ampliação do âmbito de atuação da Constituição Federal, a fim de regular as mais diversas áreas do Direito e, por conseguinte, os fenômenos sociais de uma forma

⁶¹ GOMES, Cinira – A limitação de responsabilidade do empresário individual. **Revista de Direito Mercantil**. São Paulo, vol. 44, n. 137, p.52, refere que “[...] entendemos que os argumentos apresentados pelos que se dizem contra a introdução do instituto em estudo na legislação brasileira são fundados no medo e no preconceito do que propriamente no Direito. Afinal, a opção do legislador é sempre de adaptar os institutos já existentes a criar novos, isso talvez, por medo do impacto da mudança na realidade social, o que, às vezes, não se justifica.”

⁶² BEZERRA, Joyceane – A Limitação da responsabilidade civil do empresário individual em face o patrimônio mínimo indispensável ao desenvolvimento da personalidade. **Pensar: revista de ciências jurídicas**. Ceará, vol. 13, n. 2, 2008, p. 224, refere que “O direito privado brasileiro vem passando por sensíveis transformações. Com o advento da Constituição Federal de 1988, vive um processo de intensa constitucionalização. O Código Civil deixou de ser o instrumento normativo hermético e puramente balizador das operações privadas para funcionar como um instrumento de perene referência à vontade constitucional. Em razão desta mudança de paradigma, o direito civil passa por uma releitura crítica (FACHIN, 2003), vale dizer. Os institutos de direito privado não devem ser interpretados e analisados somente em função do sistema de regras e princípios civilísticos, mas em atenção à vontade constitucional, balizando-se pelos princípios e regras da Constituição, principalmente em face do princípio da dignidade da pessoa humana e dos direitos fundamentais.”

mais direta. É a chamada *constitucionalização* do Direito Privado⁶³.

Nesta toada, diante da inexorável influência exercida pela Constituição no âmbito do Direito Privado, há que se analisar, de forma pontual, os princípios constitucionais que albergam a possibilidade de limitação da responsabilidade do empresário individual.

A ordem econômica em si tem como seu princípio basilar a livre iniciativa, prevista no art.170 da Constituição Federal de 1988. Este princípio é utilizado de forma a regular o funcionamento do mercado, evitando desequilíbrios.

O Princípio da Livre Iniciativa pode ser entendido como o pilar fundamental da ordem econômica, uma vez que atribui, à iniciativa privada, a primordial tarefa de produzir e fazer circular bens ou serviços, constituindo, desse modo, o fundamento sobre a qual se ergue a ordem econômica.

Sublinhe-se que referido princípio está umbilicalmente ligado ao princípio da livre concorrência. A livre concorrência revela-se como verdadeira manifestação dos direitos fundamentais.⁶⁴ Enquanto a livre iniciativa aponta para a liberdade política, que lhe serve de fundamento, a livre concorrência se consubstancia na possibilidade de os agentes econômicos deterem o poder de atuar sem confusão em determinado mercado, visando a produção, circulação e consumo de bens e serviços.⁶⁵

Na sábia lição de Miguel Reale, livre iniciativa e livre concorrência apresentam-se como conceitos complementares, mas distintos em sua essência, o que não impede que sejam analisados em suas implicações recíprocas.⁶⁶

⁶⁴ BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra da Silva – **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1990, vol. 7, p.16, referem que “é uma manifestação dos direitos fundamentais e no rol daqueles devia estar incluída. De fato o homem não pode realizar-se plenamente enquanto não lhe for dado o direito de projetar-se através de uma realização transpessoal. Vale dizer, por meio da organização de outros homens com vistas à realização de um objetivo. Aqui a liberdade de iniciativa tem conotação econômica. Equivale ao direito de todos têm de lançarem-se ao mercado da produção de bens e serviços por sua conta e risco.” SILVA, José Afonso da – **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 15ª ed. São Paulo: Malheiros, 1998, p. 876-877, refere que “A livre concorrência está configurada no art. 170, IV, como um dos princípios da ordem econômica. Ele é uma manifestação da liberdade de iniciativa e, para garanti-la, a Constituição estatui que a lei reprimirá o abuso de poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros. Os dois dispositivos se complementam no mesmo objetivo. Visam tutelar o sistema de mercado e, especialmente, proteger a livre concorrência contra a tendência açambarcadora da concentração capitalista. A Constituição reconhece a existência do poder econômico. Este não é, pois, condenado pelo regime constitucional. Não raro esse poder econômico é exercido de maneira antisocial. Cabe, então, ao Estado coibir este abuso.” BASTOS, Celso Ribeiro – **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Celso Bastos, 2002, p. 144, refere que “A livre concorrência é um dos alicerces da estrutura liberal da economia e tem muito que ver com a livre iniciativa. É dizer, só pode existir a livre concorrência onde há livre iniciativa. (...) Assim, a livre concorrência é algo que se agrega à livre iniciativa, e que consiste na situação em que se encontram os diversos agentes produtores de estarem dispostos à concorrência de seus rivais.”

⁶⁵ TOLEDO, Gastão Alves de – **O direito constitucional econômico e sua eficácia**. São Paulo: Renovar, 2004, p. 194.

⁶⁶ Apud COELHO, Inocêncio Mártires – **A defesa da concorrência na Constituição de 1988**, Revista da

O mercado é, portanto, detentor da livre iniciativa com o objetivo de buscar o melhor ambiente, a melhor oportunidade de negócio, etc. No ordenamento jurídico brasileiro, a Constituição Federal de 1988 disciplina, em seu art. 174, que ao Estado cabe a responsabilidade de atuar como agente normativo e regulador da atividade econômica, desempenhando as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, nos moldes legais, com o intuito de se coibir irregularidades. Deste modo, a Constituição assegura e estimula o acesso à livre concorrência por intermédio de ações pautadas nos dispositivos legais.

Além da livre iniciativa, o celebrado princípio da dignidade da pessoa humana, entendido como o princípio mais básico do Direito e possuidor de prioridade hierárquica sobre as demais normas jurídicas – de que dele extraem seu fundamento material -⁶⁷, também avaliza o surgimento dessa espécie societária.

A leitura do princípio da dignidade da pessoa humana propõe a proteção do patrimônio pessoal do empresário em face dos credores da empresa, garantindo, assim, a sua subsistência, em nítida reverência ao *superprincípio*.

Obviamente, a limitação da responsabilidade empresarial não é matéria estranha à legislação brasileira, pois, como já visto, é deferida às empresas organizadas nas formas societárias.

Desta feita, seria um contrassenso permitir a limitação da responsabilidade em uma situação em que muitos são os sujeitos responsáveis pela execução da atividade econômica – como no caso das sociedades limitadas –, vedando a possibilidade àquele que exerce de forma isolada a mesma atividade e, em razão disso, está à mercê de riscos maiores e mais concretos que os que assombram os sócios em uma sociedade empresária.

3.2 Regramento Jurídico – Linhas gerais

A sanção da Lei 12.441 ocorreu em julho de 2011 e alterou os artigos 44 e 1.033, incluindo, também, o art. 908-A no Código Civil Brasileiro.

A alteração do art.44 se deu com o acréscimo do inciso VI, que incluiu as empresas de

Procuradoria Geral da República. São Paulo, n. 6, 1995, p. 53, refere que “Ora, livre iniciativa e livre concorrência são conceitos complementares, mas essencialmente distintos. A primeira não é senão a projeção da liberdade individual no plano da produção, circulação e distribuição de riquezas, assegurando não apenas a livre escolha das profissões e das atividades econômicas, mas também a autônoma eleição dos processos ou meios julgados mais adequados à consecução dos fins visados. Liberdade de fins e de meios informa o princípio da livre iniciativa, conferindo-lhe um valor primordial, como resulta da interpretação conjugada dos citados arts. 1º a 170.”

⁶⁷ WEYNE, Bruno – **O princípio da dignidade da pessoa humana – Reflexões a partir da filosofia de Kant**. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 23.

responsabilidade limitada no rol de pessoas jurídicas de direito privado.

Por sua vez, o art. 1.033 teve alterado o parágrafo único, possibilitando que o sócio remanescente transforme a sociedade em EIRELI.

Já ao art. 980-A foi atribuída a missão de regulamentar o funcionamento dessa nova pessoa jurídica.⁶⁸

Em breves linhas, as novas regras espalharam as linhas gerais da EIRELI: (i) necessário o registro da empresa; (ii) exigência de capital mínimo; (iii) criação de nova denominação à empresa; (iv) estabelecimento como legislação subsidiária da lei cabível às sociedades limitadas.

Acerca do registro da EIRELI, o Departamento Nacional de Registros de Comércio expediu a instrução Normativa 117/2011, que regula os aspectos gerais do instituto. A empresa individual de responsabilidade limitada é instituída através de “Ato Constitutivo” e não “Contrato Social”, vez que este pressupõe a existência de mais de um sócio para formalização do pacto.

O “Ato Constitutivo” deve ser registrado perante a Junta Comercial, devendo conter, obrigatoriamente, as seguintes cláusulas: i) nome empresarial, que poderá ser firma ou denominação, do qual constará obrigatoriamente, como última expressão, a abreviatura EIRELI; ii) capital, expresso em moeda corrente, equivalente a pelo menos 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País; iii) declaração de integralização de todo o capital; iv) endereço completo da sede (tipo e nome do logradouro, número, complemento, bairro/distrito, município, unidade federada e CEP), bem como o endereço das filiais; v) declaração precisa e detalhada do objeto da empresa; vi) prazo de duração da empresa; vii) data de encerramento do exercício social, quando não coincidente com o ano civil; viii) a(s) pessoa(s) natural(is) incumbida(s) da administração da empresa e seus poderes e atribuições;

⁶⁸ Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Art. 980-A. A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

§ 1º O nome empresarial deverá ser formado pela inclusão da expressão "EIRELI" após a firma ou a denominação social da empresa individual de responsabilidade limitada.

§ 2º A pessoa natural que constituir empresa individual de responsabilidade limitada somente poderá figurar em uma única empresa dessa modalidade.

§ 3º A empresa individual de responsabilidade limitada também poderá resultar da concentração das quotas de outra modalidade societária num único sócio, independentemente das razões que motivaram tal concentração.

§ 4º (VETADO).

§ 5º Poderá ser atribuída à empresa individual de responsabilidade limitada constituída para a prestação de serviços de qualquer natureza a remuneração decorrente da cessão de direitos patrimoniais de autor ou de imagem, nome, marca ou voz de que seja detentor o titular da pessoa jurídica, vinculados à atividade profissional.

§ 6º Aplicam-se à empresa individual de responsabilidade limitada, no que couber, as regras previstas para as sociedades limitadas

ix) qualificação do administrador, caso não seja o titular da empresa; x) declaração de que o seu titular não participa de nenhuma outra empresa dessa modalidade.

Como forma de evitar o aumento do número de artigos do Código Civil, bem como visando sanar controvérsias, o legislador previu que, além das regras específicas da EIRELI, serão utilizadas as regras inerentes às sociedades limitadas, quando estas não entrarem em rota de colisão com as regras da EIRELI. As disposições relativas às sociedades limitadas serão utilizadas, principalmente, quanto à formação, aumento e redução do capital social, transferência de quotas e administração da sociedade.

Por fim, a EIRELI pode ser constituída de forma originária ou derivada. A constituição originária se dá com o registro do “Ato Constitutivo” perante a Junta Comercial, enquanto a constituição superveniente resulta da reunião em um único sócio de todas as quotas ou ações de uma sociedade preexistente.

3.3. Identificação da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada

O nome empresarial é a manifestação de identificação do responsável pela atividade empresarial e pela qual será reconhecido na atividade mercantil. Por intermédio do nome da empresa, o empresário contrairá obrigações e direitos relativos à atividade econômica.

Passa então, o nome empresarial ser o meio comum para a designação das empresas mercantis no país, sejam elas exercidas como firma individual, denominação ou razão social.

Pois bem, a carta legislativa que criou o empresário individual exigiu, para a configuração dessa espécie empresarial, a inclusão do termo “EIRELI” no nome empresarial da referida empresa.

Todavia, neste ponto, necessário o registro de uma crítica à referida exigência, que deve ser vista com reservas. A obrigatoriedade de utilização da sobredita expressão pode ser lida como elemento atravancador do desenvolvimento da atividade alvo desta modalidade empresarial. Dita regra vai de encontro à finalidade da criação da nova lei.

Como já referido, anteriormente, a inovação no sistema empresarial brasileiro tinha como objetivo incluir uma grande parcela de empreendedores, até então desprovidos das vantagens oriundas da limitação de responsabilidade, a fim de que tivessem reais condições de atuar frente às demais pessoas jurídicas, promovendo-se, portanto, um equilíbrio entre os empresários individuais e as sociedades empresárias.

A denominação sob a expressão EIRELI entra em rota de colisão com essa ideia. No

Brasil, existe a expressão “LTDA” para designar que os sócios de determinada pessoa jurídica têm responsabilidade limitada em relação aos atos praticados pela empresa, sendo possível a utilização dessa expressão, inclusive, por pessoas jurídicas que não exercem atividade empresarial, como é o caso das cooperativas.

A instituição de uma nova expressão, além de desnecessária, reforça o preconceito com o qual o legislador tratou a matéria no Brasil, preconceito este que, com o surgimento e desenvolvimento dos empreendimentos desta espécie, pode vir a ultrapassar as fronteiras das casas legislativas e invadir o mercado, tornando o instituto inócuo.⁶⁹

3.4. Da (não) possibilidade de EIRELI ser constituída por pessoa jurídica

Antes que se discorra sobre a possibilidade de uma EIRELI ser constituída por outra pessoa jurídica, faz-se mister uma aligeirada abordagem acerca da capacidade para exercer as atividades empresariais sob firma individual e de que forma esse fenômeno ocorre no atual sistema brasileiro.

O art. 927 do Código Civil pátrio disciplina que as pessoas capazes e não legalmente impedidas podem exercer atividade como empresário individual, fazendo menção à capacidade civil. Assim, os maiores de 18 anos e emancipados, desde que não sejam atingidos por nenhum impeditivo legal, como reconhecimento judicial da diminuição ou desaparecimento da medida da sua personalidade natural, podem lançar-se à atividade empresarial.

Como se pode constatar, a capacidade para exercer a atividade empresarial confunde-se com a capacidade para os atos da vida civil, de maneira que uma vez capaz civilmente, o sujeito poderá constituir uma pessoa jurídica, não sendo diferente no caso da EIRELI.

Apesar de não ter feito qualquer ressalva no que tange à capacidade para exercer a atividade empresarial sob o instituto da EIRELI, o legislador limitou a constituição dessa modalidade empresarial, admitindo, apenas, a figura de uma EIRELI por empresário.

Tal assento não há que causar estranheza e alinha-se com as finalidades propostas pelo instituto. Ora, se a nova modalidade é voltada para as necessidades do empresário individual, nada mais justo que só exista um único empresário individual. A criação de mais de uma

⁶⁹ GOMES, Cinira – **A limitação de responsabilidade...** ob. cit., p. 55, refere que “Apesar de todos esses argumentos contrários, o que podemos constatar, analisando a realidade do empresário individual, é uma verdadeira falta de atenção às suas necessidades e até discriminação de seu tratamento pelo legislador. A figura original do empresário individual surgiu com a função de facilitar a vida daquele que, sozinho, explorava atividade de pequeno porte, às vezes em sua própria casa e com ajuda de sua família.”

EIRELI por empresário revelar-se-ia verdadeira distorção jurídica.

Partindo dessas premissas iniciais, tem-se a impressão que o legislador instituiu a EIRELI para que fossem criadas, apenas, por pessoas físicas naturais. Todavia, o art. 980-A, *caput*, I inserido pelo art. 2º, da Lei 12.441/11, não especifica que a empresa individual de responsabilidade limitada será instituída apenas por pessoas físicas.

Do texto original do projeto de lei (PL nº 4.605/2009 - anexo) constava que a futura EIRELI somente seria constituída “*por um único sócio, pessoa natural, que é o titular da totalidade do capital social e que somente poderá figurar numa única empresa dessa modalidade*”. Entretanto, sobredita exigência foi suprimida da redação final da Lei nº 12.441/2011, restando previsto, apenas, que a EIRELI poderá ser constituída por uma única pessoa, deixando em aberto a possibilidade de uma pessoa jurídica também constituir EIRELI.

O tema ainda é controverso. A supressão da expressão “pessoa natural” pode ser entendida como um equívoco do legislador, que entendeu despcienda a previsão expressa, visto que seria decorrência lógica de uma interpretação sistemática do contexto jurídico empresarial.

Noutro giro, poder-se-ia interpretar a omissão como a abertura de uma possibilidade legal de instituição de EIRELI por pessoa jurídica. Um forte argumento que corroboraria essa tese é o fato de o legislador haver suprimido a expressão “pessoa natural” do *caput*, ao passo que, mais à frente, no §2º, faz menção expressa à *pessoa natural*.⁷⁰

A tese de que pessoa jurídica poderia instituir uma EIRELI ganha força a partir de uma interpretação sistemática no contexto constitucional. O art. 5º, que trata dos direitos e garantias fundamentais, em seu inciso II, prevê que “*ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei*”. Partindo dessa premissa constitucional, se a lei não proibiu a constituição da EIRELI por pessoa jurídica, em tese, seria, portanto possível.

A situação parecia consolidada quando a versão original da Instrução Normativa n. 117/2011 do Departamento Nacional de Registros de Comércio - DNRC (anexo), publicada no DOU de 30/11/2011, admitiu que a EIRELI fosse constituída por pessoa jurídica.

⁷⁰ Art. 980-A. A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

[...]

§ 2º A pessoa natural que constituir empresa individual de responsabilidade limitada somente poderá figurar em uma única empresa dessa modalidade.

Entretanto, em menos de um mês, em 22/12/2011, o DNRC republicou a instrução normativa nº 117/201, agora vedando a sua constituição por pessoa jurídica. Referida vedação sofreu inúmeros ataques, pois, em tese, estaria extrapolando os limites de competência do DNRC e criando requisito não exigido em lei. Entretanto, a situação consolidada e vigente é a da não constituição de EIRELI por pessoas jurídicas e a controvérsia só será definitivamente dirimida quando houver pronunciamento dos tribunais sobre o assunto.

3.5. Desconsideração da Personalidade Jurídica

A desconsideração da personalidade jurídica é o fenômeno da retirada episódica da personalidade jurídica da empresa com o intuito de atingir o patrimônio do sócio, em casos em que esta se esteja desvirtuando dos objetivos empresariais, notadamente nas situações de má administração, abusos ou confusão patrimonial, transformando a pessoa jurídica em instrumento de abuso de direito⁷¹.

Essa possibilidade está prevista no art. 50 do Código Civil⁷² e funciona como instrumento de proteção ao direito de terceiros, atuando na intenção de prevenir a prática de fraudes.

Esse ponto foi alvo de acaloradas discussões nos momentos que antecederam a criação da EIRELI. Sustentava-se que este novo modelo seria facilmente passível de fraudes devido à suposta unificação patrimonial entre o patrimônio da empresa e do empresário que exerce a atividade.

Contudo, a afetação do patrimonial empresarial, prevista para essa modalidade, garante a perfeita aplicação do instituto já previsto na legislação cível geral, sendo suficientemente eficiente para coibir as possíveis fraudes cabíveis ao novo modelo instituído em 2011.

Não há argumentos concretos que comprovem a inaptidão da utilização do instituto da desconsideração nas EIRELI's, mas apenas se constata que, mais uma vez, tais discussões

⁷¹ COELHO, Fábio Ulhoa – **Curso de Direito Comercial: direito de empresa, vol. 1...** ob. cit., p. 34, refere que “Em razão do princípio da autonomia patrimonial, as sociedades empresárias podem ser utilizadas como instrumento para a realização de fraude contra credores ou mesmo abuso de direito. [...] Nesses casos, alguns envolvendo elevado grau de sofisticação jurídica, a *consideração* da autonomia da pessoa jurídica importa a impossibilidade de correção da fraude ou do abuso.”

⁷² Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

estão pautadas nas reservas com as quais a matéria vinha sendo tratada no Brasil.

3.6. Tributação e a compatibilidade com a microempresa e empresa de pequeno porte

A EIRELI, devidamente constituída, poderá se enquadrar como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), desde que preencha os respectivos pressupostos exigidos pelo art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006, gozando dos benefícios do Simples Nacional.

O Simples Nacional é um regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, aplicável às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte, a partir de 01.07.2007.

Referido regime tributário prevê um recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, de inúmeros tributos, sendo ele: Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ); Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS); Contribuição para o PIS/Pasep; Contribuição para a Seguridade Social (cota patronal); Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS); Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

Dentre as vantagens oferecidas pelo Simples Nacional, podemos destacar, dentre outras, a possibilidade de menor tributação que em relação a outros regimes tributários - como lucro real ou presumido - e, como já mencionado, a simplificação no pagamento de diversos tributos abrangidos pelo sistema, mediante uma única guia.

Os principais requisitos para enquadramento no regime de empresa de pequeno porte são a receita bruta da empresa, previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123 e a atividade desenvolvida pela empresa, previsto no art. 17 da Lei Complementar nº 123.

3.7. Crítica à exploração da rentabilidade de direitos autorais

O legislador preocupou-se em estabelecer, na redação do parágrafo quinto, do artigo 980-A, do Código Civil, a possibilidade de a remuneração decorrente de cessão de direitos patrimoniais de autor ou de imagem, nome, marca ou voz, de que seja detentor o titular da pessoa jurídica, poder ser atribuídos à empresa individual de responsabilidade limitada, desde que vinculados à atividade profissional.

Decorre ainda da análise do mencionado parágrafo, que a EIRELI pode ser constituída para a prestação de serviços de qualquer natureza.

Assim, há, com base em previsão legal, a possibilidade de uma empresa individual ser gestora de direitos patrimoniais de autor, ou de imagem, nome, marca, ou ainda, voz de seu titular.

Entretanto, a legislação é omissa ao não deixar claro de que forma o recebimento dessa remuneração poderá ser feito, não definindo se ocorre a cessão de crédito sem a necessidade de o titular ceder efetivamente seus direitos à EIRELI.

A questão em tablado pode gerar compreensões dissonantes entre órgãos públicos como a Receita Federal do Brasil, uma vez que os pagamentos serão feitos por terceiros a uma pessoa jurídica distinta do titular de tais direitos; ou o Escritório de Direito Autorais (EDA) da fundação Biblioteca Nacional (FBN), que é o responsável pelo registro de obras literárias, desenhos, músicas; dentre outros órgãos.

É, portanto, de fácil aferição que, a depender do entendimento de cada órgão, o parágrafo quinto do art. 980-A pode apresentar requisitos e exigências outras para a real efetivação de seu cumprimento, ou mais grave, pode o entendimento de um órgão conflitar com o de outro.

Desta feita, a lei traz mais um dispositivo que abre espaço à divergência ao não definir a sua forma de aplicação, sendo certo que a aplicabilidade dessa norma e a sua regulamentação ocorrerá na prática ou a partir da prolação jurisprudencial a respeito do tema.

3.8. Aspectos Gerais da Falência

A falência, no âmbito do direito brasileiro, pode ser entendida como um procedimento de execução realizado de forma concursal, regulado por legislação federal específica - Lei 11.101/2005 -, com o fito de satisfazer os credores de uma empresa, que contam com créditos de origem diversa e ainda não adimplidos.⁷³

Feitas essas breves considerações, impende o processamento de uma aligeira análise a respeito da aplicação do instituto da falência no à EIRELI.

⁷³ COELHO, Fábio Ulhoa – **Comentários à Nova Lei de Falências e Recuperação Judicial**. 7º ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p.194. refere que “A falência é o processo judicial de execução concursal do patrimônio do devedor empresário, que, normalmente, é uma pessoa jurídica revestida da forma de sociedade por quotas de responsabilidade limitada ou anônima. Para os não empresários sem meio de honrar a totalidade de suas obrigações, o direito destina um processo diferente de execução concursal, que é a insolvência civil disciplinada no Código de Processo Civil (arts. 748 e s.).”

No cenário jurídico atual, o empresário individual titular de uma EIRELI foi alçado à qualidade de um sócio de sociedade limitada, no tangente à responsabilidade falimentar. Nestas situações a diferenciação entre conceito de sócio e empresário é de primordial importância. Quando diversas pessoas naturais unem esforços com fins de exploração econômica, elas não se transformam em empresárias, mas criam um organismo empresarial de personalidade autônoma, sujeito independente de direitos e obrigações e que, para todos os efeitos legais, será considerado o verdadeiro empresário.

Desta sorte, o titular da EIRELI tem sua responsabilidade falimentar restringida, não padecendo dos efeitos da decretação da falência. Todavia, decretada a falência de uma EIRELI e aferido que prejuízo ocasionado diretamente pelo titular, delineado em atos de má administração, este ficará passível de responsabilização, tendo em vista a aplicação do art. 82 da já retromencionada Lei de Falências.

Por fim, merece registro o fato de que mesmo sem sofrer os efeitos da decretação da falência, o titular da EIRELI deve responder pelos deveres do falido, estes previstos no art. 104 da Lei de Falências⁷⁴, ficando inapto para exercício da atividade empresarial enquanto perdurar o processo judicial de falência.

⁷⁴ Art. 104. A decretação da falência impõe ao falido os seguintes deveres:

I – assinar nos autos, desde que intimado da decisão, termo de comparecimento, com a indicação do nome, nacionalidade, estado civil, endereço completo do domicílio, devendo ainda declarar, para constar do dito termo:

a) as causas determinantes da sua falência, quando requerida pelos credores;
b) tratando-se de sociedade, os nomes e endereços de todos os sócios, acionistas controladores, diretores ou administradores, apresentando o contrato ou estatuto social e a prova do respectivo registro, bem como suas alterações;

c) o nome do contador encarregado da escrituração dos livros obrigatórios;

d) os mandatos que porventura tenha outorgado, indicando seu objeto, nome e endereço do mandatário;

e) seus bens imóveis e os móveis que não se encontram no estabelecimento;

f) se faz parte de outras sociedades, exibindo respectivo contrato;

g) suas contas bancárias, aplicações, títulos em cobrança e processos em andamento em que for autor ou réu;

II – depositar em cartório, no ato de assinatura do termo de comparecimento, os seus livros obrigatórios, a fim de serem entregues ao administrador judicial, depois de encerrados por termos assinados pelo juiz;

III – não se ausentar do lugar onde se processa a falência sem motivo justo e comunicação expressa ao juiz, e sem deixar procurador bastante, sob as penas cominadas na lei;

IV – comparecer a todos os atos da falência, podendo ser representado por procurador, quando não for indispensável sua presença;

V – entregar, sem demora, todos os bens, livros, papéis e documentos ao administrador judicial, indicando-lhe, para serem arrecadados, os bens que porventura tenha em poder de terceiros;

VI – prestar as informações reclamadas pelo juiz, administrador judicial, credor ou Ministério Público sobre circunstâncias e fatos que interessem à falência;

VII – auxiliar o administrador judicial com zelo e presteza;

VIII – examinar as habilitações de crédito apresentadas;

IX – assistir ao levantamento, à verificação do balanço e ao exame dos livros;

X – manifestar-se sempre que for determinado pelo juiz;

XI – apresentar, no prazo fixado pelo juiz, a relação de seus credores;

XII – examinar e dar parecer sobre as contas do administrador judicial.

Parágrafo único. Faltando ao cumprimento de quaisquer dos deveres que esta Lei lhe impõe, após intimado pelo juiz a fazê-lo, responderá o falido por crime de desobediência.

Em outros termos, apesar de não sofrer os efeitos econômicos da decretação de falência, o empresário desta nova pessoa jurídica arcará com imposições processuais referentes ao processo de falência que estiver em curso.

4. O CAPITAL SOCIAL NO CENÁRIO JURÍDICO BRASILEIRO E ANÁLISE CRÍTICA DA EXIGÊNCIA DE SUA MÍNIMA INTEGRALIZAÇÃO PARA CONSTITUIÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

É cediço que a constituição do capital social representa unidade modeladora do contrato social, em conjunto com a pluralidade de sócios, a intenção dos mesmos de constituir sociedade empresária (*affectio societatis*) e a participação nos proveitos e perdas.

Dentre os elementos constitutivos do contrato social, o capital social reflete o paradigma considerado pelos sócios para que a sociedade possa atingir os objetivos expostos no pacto societário.

O capital social funciona como uma garantia a terceiros que venham a negociar com o empresário individual ou a sociedade, bem como é, por meio do capital social, que se distingue o porte das empresas⁷⁵.

4.1. Diferença essencial entre Capital Social e Patrimônio

O capital social é o fundo primário e vital da sociedade empresária, fixado por intermédio da soma das contribuições pecuniárias individuais dos sócios. Já o patrimônio social pode ser compreendido como o patrimônio da sociedade em sentido econômico amplo, ou seja, universo de bens pertencentes à sociedade, dentre os quais está compreendido o capital social e todos os ativos e passivos adquiridos durante a existência da pessoa jurídica.

Ao iniciar suas atividades, o patrimônio da empresa – ativos, passivos e patrimônio líquido – resume-se ao capital social já integralizado pelos sócios. Após o início das atividades, o patrimônio passa a se modificar constantemente com a dinâmica das atividades alavancadas pela sociedade, enquanto o capital social permanece imutável, sendo alterado apenas por força de repactuação do contrato social⁷⁶.

Este pode ser constituído por dinheiro ou bens, sendo vedada – exceto para a sociedade

⁷⁵ FERREIRA, Waldemar Martins – **Tratado de Direito Comercial**. São Paulo: Saraiva, 1961, vol. 3, p.123, refere que “Cumpra aos organizadores da sociedade calcular, ao menos aproximadamente, o montante do capital de que ela necessitará para exercer sua atividade e produzir os lucros, que constituem o objetivo de quantos dela co-participarem, e para o qual tenha cada sócio possibilidade financeira de contribuir”

⁷⁶ BORBA, José Edwaldo Tavares – **Direito Societário**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004, p. 63, refere que “capital é um valor formal e estático, enquanto o patrimônio é real e dinâmico. O capital não se modifica no dia-a-dia da empresa — a realidade não o afeta, pois se trata de uma cifra contábil. O patrimônio encontra-se sujeito ao sucesso ou insucesso da sociedade, crescendo na medida em que esta realize operações lucrativas, e reduzindo-se com os prejuízos que se forem acumulados”

simples e sociedade cooperativa -, por proibitivo legal constante no art. 1055, §2º, do Código Civil, a contribuição na forma de prestação de serviços.

Inicialmente, os sócios subscrevem as quotas ou ações integrantes do capital social, ou seja, comprometem-se a integralizar os respectivos títulos sociais. Ao integralizar o capital social, os sócios pagam, à vista, pelas quotas ou ações.

Quanto à integralização de bem imóvel, uma especificidade. O sócio que contribuir com a integralização de imóvel deverá, necessariamente, fazê-lo com menção expressa do valor do bem em moeda corrente nacional. Nesta situação, os sócios estarão solidariamente ligados pela responsabilidade exata da estimação do imóvel integralizados, até o prazo de 05 (cinco) anos contados a partir da data do registro da sociedade.

4.2. A função garantidora do Capital Social

A proteção do capital social tem por objetivo assegurar que haja no patrimônio líquido da empresa, bens cujo valor alinhe-se, minimamente, com a cifra do capital social disposto no contrato social da sociedade empresária.

O patrimônio líquido da empresa, ou seja, seu capital social real, exerce função de garantia, consagrada na boa doutrina como “função rainha do capital social”⁷⁷, pois se constitui como segurança concreta que os credores terão seus respectivos créditos satisfeitos, diferentemente do capital social nominal, constante do contrato social, que, segundo a doutrina, fornece garantia indireta aos credores da sociedade empresária⁷⁸.

O capital social exerce, portanto, a importante função de garantia das atividades empresárias perante terceiros, funcionando como a própria razão da limitação da responsabilidade, de modo que sua extinção representaria a invasão do patrimônio pessoal do empresário⁷⁹.

A defesa da existência de capital social, todavia, não avaliza a imposição de um capital social mínimo para o funcionamento da empresa. Como será fartamente exposto em linhas vindouras, a estipulação de uma faixa mínima para o capital social agride, diretamente, o princípio da livre iniciativa, porquanto obstaculiza o desenvolvimento comercial e estagna a

⁷⁷ DOMINGUES, Paulo de Tarso – **Do Capital Social: noção, princípios e funções**. Coimbra: Coimbra Editora, 1998, p. 139.

⁷⁸ DINIZ, Gustavo Saad – **Subcapitalização Societária**: São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2007. Tese de doutoramento, p. 94.

⁷⁹ WARDE JÚNIOR, Walfrido Jorge – **A crise da limitação de responsabilidade dos sócios e a teoria da desconsideração da pessoa jurídica**. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2004, p. 188.

economia.

4.3. Princípios Orientadores do Capital Social

4.3.1. *Princípio da Intangibilidade*

Uma das formas de concretização da proteção aos credores da empresa traduz-se no impedimento de que o patrimônio líquido da sociedade seja inferior ao capital social nominal. Nesta senda, o princípio da intangibilidade funciona como óbice à pulverização dos bens patrimoniais em prejuízo ao capital social, evitando, dessa forma, fraudes ao instituto e, por conseguinte, aos credores da sociedade⁸⁰.

Indigitado princípio veda a restituição das entradas aos sócios, bem como a retribuição certa do capital, afastando a distribuição de dividendos fictícios, pagamento de juros à quotistas e fraudes ao balanço.⁸¹

Positivada no art. 1.059 do Código Civil brasileiro⁸², a intangibilidade do capital social assume o propósito de impedir que o patrimônio líquido se torne inferior à cifra do capital social nominal em razão de pagamentos indevidos aos sócios, impedindo a transferência desenfreada e irresponsável de patrimônio da pessoa jurídica para os sócios, estabelecendo a existência de patrimônio líquido superior ao capital social nominal como condição para distribuição de bens entre os sócios.

Apesar do proibitivo, o princípio da intangibilidade não veda a diminuição do patrimônio líquido abaixo do patamar do capital social nominal em todas as situações pois, caso contrário, a sociedade estaria fadada à dissolução sempre que a má aventura atingisse suas atividades, não imunizando, portanto, o capital social contra os riscos comerciais.⁸³

4.3.2. *Princípio da Realidade*

O princípio da realidade cuida, basicamente, da entrada de bens na empresa a título de capital social, informando a necessidade de garantir que o capital social subscrito, de fato,

⁸⁰ DOMINGUES, Paulo de Tarso. **Do Capital Social: noção...** ob. cit., p. 104.

⁸¹ DOMINGUES, Paulo de Tarso. **Do Capital Social: noção...** idem, p. 104.

⁸² Art. 1.059. Os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital.

⁸³ DOMINGUES, Paulo de Tarso. **Do Capital Social: noção...** ob. cit., p. 104.

corresponda ao valor que lhe é atribuído.⁸⁴

A indicação de valores dissonantes entre o exato e real e o atribuído é deveras comum na constituição de pessoas jurídicas que exijam capital social mínimo para o início de suas atividades. Com o fito de atingir o patamar estabelecido, o empresário provoca uma distorção entre o valor real do bem e o valor indicado no momento de sua subscrição, golpeando o princípio da realidade e, por conseguinte, a garantia de liquidez a terceiros.

Nesse sentido, o sistema de capital social mínimo previsto para a EIRELI brasileira peca gravemente, pois não prevê qualquer mecanismo de avaliação dos bens no momento da subscrição, bem como olvida a previsão de instrumentos de aferição da cifra previamente estipulada.

4.3.3. Princípio da Congruência

O princípio da congruência disciplina que o capital social deve estar atento ao porte e propósito do empreendimento empresarial, sendo suficiente para alcançar o objeto social e proporcional ao volume das atividades desenvolvidas. Em resumo, a relação entre o capital social e as carências da empresa, no que diz respeito à consecução dos objetivos da empresa e à garantia dos direitos dos credores⁸⁵, deve ser preservada.

A experiência de positivação do princípio da congruência no direito comparado ainda é bastante precária e, no Brasil, absolutamente inexistente, restando inócua a orientação principiológica. Não existem, no ordenamento jurídico brasileiro, regras aptas a identificar e coibir a disparidade entre o capital social e a atividade desenvolvida.

Assim, se as proporções das atividades da empresa crescem de modo que se distanciam demasiadamente do capital social investido, não existe dispositivos legais que obriguem o empresário a reinvestir parte dos lucros no capital social, com o fito de garantir os direitos de credores que, certamente, diante do novo cenário de vultosas transações, terão créditos além do valor integralizado a título de capital social. O empresário pode, portanto, dispor com liberdade dos lucros, sem a obrigação de reinvestir parte deles com o intuito de garantir os credores diante da nova realidade da empresa.

Diante dessas considerações, o sistema de exigência de integralização de capital social mínimo, em verdade, se demonstra pouco efetivo na garantia de credores, pois olvida as

⁸⁴ HÜBERT, Ivens Henrique – **Sociedade Empresária & Capital Social**. Curitiba: Juruá, 2009, p. 58.

⁸⁵ DOMINGUES, Paulo de Tarso. **Do Capital Social: noção...** ob. cit., p. 135.

proporções futuras que a empresa possa vir a adquirir.

4.4. O Capital Social mínimo no Brasil

No Brasil, em regra, não existe definição legal do valor do capital social mínimo a ser integralizado.

As exceções ficam por conta das sociedades empresárias que se dediquem a determinadas atividades, como táxi aéreo, as bancárias, as securitárias e, obviamente, a Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, objeto da crítica do presente trabalho.

4.5. Princípio da Livre Iniciativa

O princípio da livre iniciativa, de natureza constitucional, é previsto no *caput* do art. 170⁸⁶ da Constituição Federal e pode ser considerado como um direito essencial de acesso à comercialização de bens e serviços, exercido por única e exclusiva responsabilidade do sujeito que se lança à prática de atividade econômica. Referido princípio atua, portanto, como garantidor da liberdade de produção e escoamento de bens e serviços contra interferências externas.

Tradicionalmente a aplicação do princípio da livre iniciativa esbarrava em inúmeras restrições impostas pela própria Constituição Federal, entendimento este chancelado Supremo Tribunal Federal⁸⁷.

Assim, referido princípio, no entendimento predominante, vinha sendo preterido

⁸⁶ Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I - soberania nacional;

II - propriedade privada;

III - função social da propriedade;

IV - livre concorrência;

V - defesa do consumidor;

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

VII - redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII - busca do pleno emprego;

IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

⁸⁷ Limitação social à liberdade de iniciativa: STA 171, Rel. Min. Ellen Gracie, julgamento em 12/12/2007, Tribunal Pleno, DJ de 29-02-2008; ADI 3512, Rel. Min. Eros Grau, julgamento em 15/02/2006, Tribunal Pleno, DJ de 23-06-2006; ADI 1950, Rel. Min. Eros Grau, julgamento em 03/11/2005, Tribunal Pleno, DJ de 02-06-2006; RE 349686, Rel. Min. Ellen Gracie, julgamento em 14/06/2005, Segunda Turma, DJ de 05-08-2005; RE 321796 Rel. Min. Sydney Sanches, julgamento em 08/10/2002, Primeira Turma, DJ de 29-11-2002

perante a aplicação de princípios sociais, previstos no corpo do art. 170 da Constituição Federal, ou seja, a livre exploração econômica encontrava limites impostos por sua própria previsão e não podia ser compreendido de modo absoluto, notadamente quando entrava em rota de colisão com um valor de cunho social, como a valorização do trabalho.

Entretanto, o entendimento consagrado na jurisprudência do STF vem sendo, gradativamente, modificado e os recentes julgados da Suprema Corte brasileira apontam para um nivelamento valorativo do princípio da livre iniciativa com os demais princípios sociais⁸⁸.

O entendimento esposado pela recente jurisprudência do Egrégio Supremo Tribunal Federal reflete o reconhecimento da essencialidade do princípio da livre iniciativa ao desenvolvimento nacional, não podendo ser posto em patamar inferior aos dos princípios sociais.

4.6. Aumento e redução do Capital Social

O capital social, como já visto, mesmo que integralizado em bens, deve ser expresso em pecúnia. Assim, é possível a estipulação de um valor maior ou menor para que a sociedade continue perseguindo a realização de seus objetivos.

O Código Civil brasileiro avaliza o aumento do capital social, repactuando-se o contrato social por intermédio de novos aportes de responsabilidade dos sócios ou, até mesmo, de terceiros.

A legislação pertinente também admite a descapitalização do quadro societário quando o capital social for excessivo em relação ao objeto social.

Para a concretização do aumento ou da redução, é necessário que o capital social esteja inteiramente integralizado.

4.7. O direito de recesso no ordenamento jurídico brasileiro

O recesso societário é a saída voluntária do sócio de uma sociedade. O ensejo da saída de um dos sócios, por vontade própria, gera a obrigação da sociedade de lhe reembolsar os valores aplicados a título de capital social integralizado⁸⁹.

⁸⁸ ADPF 46, Rel. p/ o ac. Min. Eros Grau, julgamento em 5-8-09, Plenário, DJE de 26-2-10

⁸⁹ COELHO, Fábio Ulhoa – **Curso de Direito Comercial**. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004, vol. 2, refere que “...o direito de um sócio se desligar dos vínculos que o unem aos demais sócios e à sociedade, por ato unilateral de vontade. Nessa hipótese, não há negociação. O sócio impõe à pessoa jurídica, por sua exclusiva vontade, a obrigação de lhe reembolsar o valor da participação societária.” PIMENTA, Eduardo Goulart – **Exclusão e Retirada de Sócios: Conflitos Societários e Apuração de Haveres no Código Civil e na Lei das**

No início, toda e qualquer retirada de um sócio de determinado grupo societário ocasionava sua dissolução total, devido a falta de mecanismos legais que viessem a preservar a empresa e não somente a vontade dos sócios.

A teoria da empresa, advinda com o legislador italiano, modifica esse entendimento priorizando o ente societário e não os sócios, esses titulares do exercício da atividade empresarial. A amplitude desse entendimento culminou com a fundamentação do Princípio da Preservação da Empresa, dada a sua importância social efetiva.

A evolução do direito comercial, principalmente, com o advento da Teoria da Empresa, proporcionou que mecanismos legais, jurisprudenciais e doutrinários fossem utilizados no intuito de criar soluções para que a exclusão, a retirada e a morte do sócio não fossem motivos suficientes para decretar o fim do ente societário.

Como se observa, a importância da empresa no mundo moderno transcende o Direito Comercial, ou melhor dizendo, o Direito Empresarial, indo muito mais além, capaz de ultrapassar as barreiras do mundo jurídico em virtude da função social que a entidade empresarial exerce nos dias atuais.

A dissolução parcial da sociedade nasce desse propósito, com o escopo de preservar a empresa acima de tudo, possibilitando que em casos de morte, exclusão ou retirada de um sócio não viesse ocorrer a extinção da sociedade.

No direito brasileiro, o recesso societário foi introduzido oficialmente pelo Decreto nº 3708/19 que, em seu artigo 15, regulamentou o instituto às sociedades por quotas de responsabilidade limitada.

As fontes estrangeiras, em particular a portuguesa e a italiana, foram fundamentais para consolidação do direito de retirada da legislação brasileira.

Para o artigo 15 do Decreto-Lei nº 3708/19, em caso de discordância de alteração de algum dispositivo contratual poderia o sócio que se sentiu lesado requerer sua retirada do ente societário. Essa forma de recesso societário era única oficialmente adotada pela legislação pátria.

Ocorre que a doutrina e a jurisprudência brasileira, influenciadas pelo pensamento de que a empresa deve ser preservada acima de tudo (Teoria da Empresa), veio introduzir outra

Sociedades Anônimas. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004, p. 31, refere que “...a modalidade de rompimento (ou dissolução) parcial dos vínculos societários na qual um sócio manifesta, baseado em causa prevista em dispositivo legal ou no contrato, a vontade de abandonar a sociedade.” FONSECA, Priscila M. P. da – **Dissolução parcial, retirada e exclusão do sócio no Novo Código Civil**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2003, p. 12, refere que “...muito mais do que um direito, um poder do sócio de afastar-se da sociedade sempre que discordar de qualquer modificação do contrato social. Cuida-se, na realidade, do exercício de um direito potestativo diante do qual remanesce à sociedade e aos demais sócios apenas uma posição de sujeição.”

possibilidade do sócio aderir ao recesso societário sem por fim à empresa. Segundo o artigo 335, V, do Código Comercial de 1850, o sócio de sociedade constituída por prazo indeterminado poderia, a qualquer tempo, denunciar o contrato (denúncia vazia) levando à dissolução total do ente societário.

Sobre a alegativa de perda da *affectio societatis*, ou seja, da confiança entre os sócios, a doutrina e a jurisprudência pátria deram nova interpretação à norma prevista no supracitado artigo do diploma legal de 1850, entendendo que, nesse caso, o sócio poderia se retirar da sociedade sem por fim a mesma.

Com a introdução do Novo Código Civil, o recesso societário, nas sociedades limitadas, passou a ter amparo legal mais abrangente, oficializando os casos anteriormente atendidos pela doutrina e a jurisprudência pátria, como, por exemplo, a chamada “denúncia vazia” dos contratos por tempo indeterminado, conforme o seu artigo 1029 (nos casos em que as previsões legais destinadas as sociedades simples é adotada como legislação supletiva pela limitada), assim como, ampliando disposições já atendidas pelo art. 15 do Decreto-Lei nº 3708/19, no texto normativo do art. 1077 do renovado diploma legal civil.

Em se tratando de sociedades por ações, a Lei nº 6.404/76, modificada pela Lei nº 10.303/01, em seu artigo 137, regulamenta os casos de retirada dos sócios que se sentiram prejudicados por mudanças ou decisões tomadas pelos acionistas majoritários.

4.8. Crítica à exigência de capital social mínimo para constituição de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada

A criação da empresa individual de responsabilidade limitada foi recebida com grande festa pelo meio empresarial brasileiro, pois se propõe a preencher um vazio no ordenamento jurídico pátrio que clamava acerca da possibilidade de se constituir uma pessoa jurídica individual, com a limitação da responsabilidade do sócio e consequente preservação de seu patrimônio pessoal.

O modelo adotado no Brasil aproxima-se bastante da orientação portuguesa. A nova figura tem por escopo proporcionar ao titular da atividade empresarial uma significativa diminuição dos riscos inerentes à atividade econômica.

Todavia, o art. 980-A, *caput*, do diploma instituidor da EIRELI, disciplina que, para a constituição dessa modalidade societária, o capital social, devidamente integralizado, não poderá ser inferior a 100 vezes o maior salário-mínimo vigente no país.

Noutros dizeres, o legislador pátrio impôs um valor de capital social mínimo para

atribuir o beneplácito da responsabilidade do empreendedor individual.

Sem adentrarmos no mérito da notória vedação de vinculação do salário mínimo para qualquer fim instituída pela Carta Magna brasileira, em seu art. 7º, inc. IV, é possível verificar-se uma evidente violação ao princípio da livre iniciativa, haja vista que a exigência de integralização de capital social mínimo representa nítido cerceamento à possibilidade de abertura de empresas individuais de responsabilidade limitada por pequenos empreendedores.

A necessidade de imediata integralização de um capital mínimo de 100 (cem) salários mínimos para abertura de uma empresa individual de responsabilidade limitada inviabiliza a opção por este tipo de pessoa jurídica por parte do pequeno empreendedor.

A exigência de um capital mínimo para a abertura da empresa individual desvia-se, inteiramente, do princípio da razoabilidade. Tal requisito encontra-se na contramão do princípio da livre iniciativa, este entendido como fundamento da ordem econômica, bem como notório descompasso teleológico com a sanção da Lei 12.441, de 11 de julho de 2011.

Indigitado diploma normativo que foi editado com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Estado, retirando o micro e pequeno empreendedor do submundo da informalidade, acabou por impor limitação incompreensível à efetivação da proliferação da nova espécie societária.

Nesta senda, poder-se-ia argumentar que o capital social mínimo seria justificável para se evitar a abertura de empresas fictícias, que teriam o único objetivo de atingir finalidades ilícitas, como a cobertura de dívidas pessoais do empresário individual. No entanto, não há que se falar no mencionado risco, uma vez que a própria legislação prevê a desconsideração da personalidade jurídica nos casos de abuso.

Poder-se-ia, ainda, elencar a exigência de um capital social como uma proteção em favor dos credores da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada. Nos dizeres do professor Paulo de Tarso Domingues, seria um “limiar de seriedade”⁹⁰. Todavia, a exigência de integralização de capital social mínimo não se coaduna com a realidade comercial e legislativa brasileira.

Sob a ótica da prática comercial, a necessária integralização de capital social mínimo não representa real garantia aos credores em relação ao patrimônio da sociedade empresária, tendo em vista a falta de dispositivos legais que induzam o empresário a reinvestir os lucros da sociedade, frente ao desenvolvimento do empreendimento. Essa situação, considerando os riscos da atividade empresarial, forçará os credores com alto poder econômico a exigir

⁹⁰ DOMINGUES, Paulo de Tarso. **Do Capital Social: noção...** ob. cit., p. 148.

garantias complementares, enquanto os credores desprovidos de poderio financeiro restarão desprotegidos, pois a desconsideração da pessoa jurídica nos limites do capital social nominal será sua única garantia contra a insolvência da empresa.

Ademais, as sociedades, com início das atividades empresárias, tendem a esvaziar todo o patrimônio exigido para integralização do capital social, perdendo a liquidez perante os credores, sua função fundamental. Há que se considerar, ainda, a ação dos processos inflacionários sobre o valor do capital social, que se depreciará frente ao volume de investimentos dos credores. A garantia aos credores revela-se, portanto, meramente aparente.

Em consonância com os argumentos aqui trazidos a baila, o PPS (Partido Popular Socialista), detentor da legitimidade de questionar a constitucionalidade de lei perante o Supremo Tribunal Federal, ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, processada sob o nº 4637 na Suprema Corte discutindo a constitucionalidade da parte final do *caput* do artigo 980-A do Código Civil (acrescentado pela Lei 12.441), que faz a exigência da integralização de um capital social de pelo menos 100 salários mínimos, equivalentes atualmente a R\$ 54.500,00 (cinquenta e quatro mil e quinhentos reais) para a constituição de uma empresa individual de responsabilidade limitada.⁹¹

Nos termos da peça vestibular da ação, a declaração de inconstitucionalidade da parte final do dispositivo legal não acarretará qualquer prejuízo à subsistência do instituto da empresa individual de responsabilidade limitada no ordenamento jurídico, uma vez que a parte inicial do *caput* do artigo 980-A disciplina exatamente a essência do instituto, qual seja: que a empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social.

O julgamento é aguardado com grande expectativa, uma vez que no caso de indeferimento do pedido, o Supremo Tribunal Federal estará avalizando a existência de uma

⁹¹ Outra inconstitucionalidade levantada pelo PPS trata da utilização do salário mínimo como indexador do capital social mínimo. Vejamos matéria de destaque disponibilizada no sítio do Supremo Tribunal Federal: “Segundo a agremiação partidária, “o salário mínimo não pode ser utilizado como critério de indexação para a determinação do capital mínimo necessário para a abertura de empresas individuais de responsabilidade limitada”. O partido frisa que “tal exigência esbarra na notória vedação de vinculação do salário mínimo para qualquer fim, prevista no inciso IV do artigo 7º da Constituição Federal”. O PPS explica que a vedação constitucional objetiva “livrar o salário mínimo de eventuais obstáculos aos reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo”. Lembra ainda que a Súmula Vinculante 4, do STF, impede a utilização do salário mínimo como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, ou sua substituição por decisão judicial, salvo os casos previstos na Constituição. Segundo o PPS, pela leitura da súmula, seria possível alegar que o impedimento de vinculação do salário mínimo se limitaria a casos de cálculo de vantagens remuneratórias de servidor público e de empregado.” Todavia, a simples leitura do inciso IV do artigo 7º da Carta Política revela que a vedação é para qualquer fim”, ressalta o partido.” **ADI questiona lei que permite criação de empresa individual de responsabilidade limitada.** [Em linha]. [Consult. 24 Jun 2013]. Disponível em: WWW <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=186488>>.

espécie societária com exigência de capital mínimo, criando um esdrúxulo precedente no ordenamento jurídico brasileiro.

Ademais o piso fixado, no valor de 100 salários mínimo, supera, em muito, o valor dos ativos empregados para organização da massiva maioria das empresas de pequeno porte. A previsão legislativa, na realidade mercantil brasileira, caso mantida, tornar-se-á inteiramente inócua, pois totalmente alheia às necessidades e limitações do mercado.

A nosso sentir, a exigência de integralização de capital social mínimo revela-se totalmente desarrazoada. Como bem lembra o ilustre prof. Paulo de Tarso, não é possível a fixação geral de um mínimo de investimento para o exercício de qualquer atividade, sob pena de tal medida consubstanciar-se em verdadeiro atentado aos princípios da liberdade de iniciativa econômica.⁹²

Assim, em respeito ao princípio da livre concorrência, não merece prosperar qualquer estipulação de capital social mínimo para constituição da empresa individual de responsabilidade limitada, sob pena de, fatalmente, se assacar contra os ditames constitucionais e a própria ideia de Estado Democrático de Direito.

4.9. Proposta legislativa de alteração da Lei 12.441/11

Tramita no Congresso Nacional a Projeto de Lei 2.468/11, que visa alterar o art. 980-A da Lei nº 10.406, inserido pela Lei nº 12.441, que, como já referido, instituiu a empresa individual de responsabilidade limitada.

A proposição em tablado tenciona reduzir, de 100 para 50 vezes o maior salário-mínimo vigente no País o valor mínimo do capital social para constituição dessa modalidade empresarial, bem como aplicação de tratamento tributário destinado às empresas de micro e pequenas empresas.

A ideia partiu de uma crítica ao sistema de EIRELI aprovado, publicada pelo Professor Doutor Cássio Cavalli⁹³ e utilizada na justificativa do Deputado do Carlos Bezerra.

⁹² DOMINGUES, Paulo de Tarso – **Variações sobre o capital social**. Coimbra: Almedina, 2009, p. 100-101.

⁹³ CAVALLI, Cássio – Desafios da empresa individual limitada. **Jornal Valor Econômico**, p. E2, 1º set 2011, refere que “(...) Agora, com a criação da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, seria de se esperar que os pequenos empreendimentos deixem de adotar a forma de sociedade limitada. Entretanto, na nova legislação há um forte incentivo para a pequena empresa continuar a adotar a forma de sociedade limitada. Para constituir-se uma Eireli, há a exigência de que o capital social seja de cem salários mínimos, isto é, R\$ 54,5 mil em valores atuais. Este valor supera, em muito, o valor dos ativos empregados para a organização da maioria das pequenas empresas. Não é de se esperar, por exemplo, que o proprietário de um carrinho de cachorro quente empregue mais de cinquenta mil reais como capital social. O incentivo legislativo continua sendo voltado para a constituição de sociedades limitadas, em razão do fato de que não há exigência legal de valor mínimo para o capital social. Pode-se constituir uma sociedade limitada com um capital de, por exemplo, R\$ 3

Atualmente, o projeto de lei está em tramitação nas casas legislativas, com aprovação da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

mil. Este não é o único incentivo contrário à adoção efetiva das Eirelis pelos pequenos empresários. Deve-se levar em conta, ainda, o tratamento tributário dispensado à empresa. Uma das principais razões pelas quais as pequenas empresas não adotam a forma de sociedades anônimas consiste no fato de que esse tipo societário não é beneficiado com as regras tributárias do Simples. Por isso, as pequenas empresas preferem adotar a forma de sociedade limitada. É para aproveitar as vantagens tributárias aliadas à limitação da responsabilidade que, nos Estados Unidos, muitas empresas preferem adotar a forma de limited liability company em detrimento da constituição de uma corporation. Até que se regulamente, no Brasil, de forma clara, a possibilidade de as Eirelis serem enquadradas no regime do Simples, continuará em muitos casos a ser mais vantajoso constituir-se sociedade limitada. Por outro lado, a Eireli pode vir a ser tornar importante instrumento na organização de empreendimentos de maior porte. De acordo com a previsão da Lei 12.441, de 2011, a Eireli poderá ser constituída "por uma única pessoa titular da totalidade do capital social", e a "pessoa natural que constituir empresa individual de responsabilidade limitada somente poderá figurar em uma única empresa dessa modalidade". Esta redação deixa margem para que pessoas jurídicas constituam não apenas uma, mas diversas Eirelis, para segregar os riscos de seus distintos empreendimentos. (...)"

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo adotado de empresa individual de responsabilidade limitada, no Brasil, aproxima-se bastante da orientação portuguesa. A nova figura tem por escopo proporcionar ao titular da atividade empresarial uma significativa diminuição dos riscos inerentes à atividade econômica.

Com a instituição dessa nova espécie societária, a criação de empresas fantasmas, bem como das sociedades constituídas, como visto, de fato, por um único sócio enquanto os demais apenas compunham o quadro societário de modo insignificante na participação do capital social da empresa, será evitada.

Assim, após uma análise dos aspectos gerais dessa espécie societária no ordenamento jurídico brasileiro e das nuances decorrentes desse instituto, bem como de um aligeirado estudo sobre a problemática da exigência de integralização de capital social mínimo para constituição da empresa individual de responsabilidade limitada, arrematamos o presente reforçando a insofismável importância da nova legislação que, atualizando o sistema societário brasileiro à realidade econômica, trouxe significativas transformações, vindo de encontro aos anseios do empresariado que há muito buscava um modelo societário que atendesse suas necessidades.

Apesar de algumas vozes se erguerem na defesa da importância da integralização de capital mínimo como forma de evitar que sejam criadas empresas fictícias com objetivos ilícitos, restou claro que tal exigência revela-se verdadeira afronta ao princípio da livre iniciativa, dificultando o exercício da atividade empresarial e o consequente desenvolvimento econômico e social.

É sabido que o legislador brasileiro, ao estipular um capital social mínimo para a criação da EIRELI, tencionou emprestar credibilidade à nova modalidade empresarial, ao passo que estabelecia segurança aos credores. Ademais, estabelecendo a necessidade de integralização de um capital social mínimo, buscava-se blindar a nova espécie empresária contra seu uso leviano, notadamente no impedimento que viesse a representar instrumento de fraudes e golpes.

Acontece que a referida exigência, como fartamente demonstrado no corpo do presente estudo não condiz com a realidade mercantil brasileira, vez que o capital social mínimo exigido para a constituição da EIRELI, supera, em muito, o capital social necessário para o desenvolvimento das atividades econômicas exercidas pelos pequenos e micro empresários.

Ademais, a afronta ao princípio da livre iniciativa é patente e a intervenção do Estado nesse aspecto é deveras nociva.

Como visto, objetivando desconstituir o óbice imposto pelo legislador, o Supremo Tribunal Federal foi acionado para se manifestar a respeito da constitucionalidade da imposição. Buscando minorar atravancamento, o Poder Legislativo também já se manifestou, por intermédio do Projeto de Lei nº 2.468/2011, onde se propõe a redução do valor do capital social mínimo de 100 (cem) para 50 (cinquenta) vezes o valor do salário mínimo.

A tendência mundial aponta para uma total supressão da exigência de integralização de capital social mínimo para constituição e funcionamento de empreendimentos econômicos. Olvidar a realidade mercantil e os princípios da livre iniciativa e da livre concorrência pode gerar um desequilíbrio de dimensões incalculáveis num mercado notavelmente heterogêneo, além de significar flagrante desrespeito à sistemática constitucional e aos princípios fundamentais orientadores do Estado brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADI questiona lei que permite criação de empresa individual de responsabilidade limitada. [Em linha]. [Consult. 24 Jun 2013]. Disponível em: WWW <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=186488>>.

ALVES, A. F. de A.; GAMA, G. C. N. da. coords. – **Temas de Direito Civil – Empresarial.** Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

ASCARELLI, Tullio – O empresário. **Revista de Direito Mercantil.** São Paulo, vol. 36, n. 109, 1998.

BASTOS, Celso Ribeiro – **Curso de Direito Constitucional.** São Paulo: Celso Bastos, 2002.

BALDI, Roberto – **Il Contratto di agenzia. La concessione di vendita. Il franchising.** 7ª ed. Milano: Giuffrè, 2000, p. 2.

BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra da Silva – **Comentários à Constituição do Brasil.** São Paulo: Saraiva, 1990.

BEZERRA, Joyceane – A Limitação da responsabilidade civil do empresário individual em face o patrimônio mínimo indispensável ao desenvolvimento da personalidade. **Pensar: revista de ciências jurídicas.** Ceará, vol. 13, n. 2, 2008.

BORBA, José Edwaldo Tavares – **Direito Societário.** 9ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

CARVALHOSA, Modesto – **Comentários à Lei de Sociedades Anônimas.** 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009, vol. 4, tomo II.

CAVALLI, Cássio – Desafios da empresa individual limitada. **Jornal Valor Econômico,** p. E2, 1º set 2011.

COELHO, Fábio Ulhoa – **Comentários à Nova Lei de Falências e Recuperação Judicial.** 7º ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____ **Curso de Direito Comercial:** direito de empresa. 11ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007, vol. 1.

_____ **Curso de Direito Comercial.** 11ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007, vol. 2.

_____ **Curso de Direito Comercial.** 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009, vol. 2.

_____ **Manual de Direito Comercial.** 25ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

COELHO, Inocêncio Mártires – **A defesa da concorrência na Constituição de 1988,** Revista da Procuradoria Geral da República. São Paulo, n. 6, 1995.

COSTA, Ricardo Alberto dos Santos – **A sociedade por quotas unipessoais no direito**

português. Coimbra: Almedina, 2002.

DINIZ, Gustavo Saad. **Subcapitalização Societária**. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2007. Tese de doutoramento.

DOMINGUES, Paulo de Tarso. **Do Capital Social**: noção, princípios e funções. Coimbra: Coimbra Editora, 1998.

_____. **Variações sobre o capital social**. Coimbra: Almedina, 2009.

FERREIRA, Waldemar Martins – **Tratado de Direito Comercial**. São Paulo: Saraiva, 1961, vol. 3.

FIGUEIREDO, Paulo Roberto Costa. **Subsidiária integral**: a sociedade unipessoal no direito brasileiro. São Paulo: Saraiva, 1984.

FONSECA, Priscila M. P. da – **Dissolução parcial, retirada e exclusão do sócio no Novo Código Civil**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FRANCO, Vera Helena de Mello – **Direito empresarial I**: o empresário e seus auxiliares, o estabelecimento empresarial, as sociedades. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

GOMES, Cinira – A limitação de responsabilidade do empresário individual. **Revista de Direito Mercantil**. São Paulo, vol. 44, n. 137.

HÜBERT, Ivens Henrique – **Sociedade Empresária & Capital Social**. Curitiba: Juruá, 2009.

MARTINS FILHO, Antônio – **Limitação da responsabilidade do comerciante individual**. 2ª ed. Fortaleza: Casa José de Alencar, 1999, p. 289.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de – **Tratado de Direito Privado**. Campinas: Bookseller, 1999, tomo 1.

MACHADO, Sylvio Marcondes – **Limitação da responsabilidade de comerciante individual**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1956.

MARTINS, Fran – **Curso de Direito Comercial**. 3ªed. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

PIMENTA, Eduardo Goulart – **Exclusão e Retirada de Sócios**: Conflitos Societários e Apuração de Haveres no Código Civil e na Lei das Sociedades Anônimas. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz – **Curso de Direito Empresarial**: o novo regime jurídico-empresarial brasileiro. 2ª ed. Salvador: JusPodium, 2009.

REQUIÃO, Rubens – **Curso de Direito Comercial**. 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003, vol. 1.

RIBEIRO, Maria de Fátima – **A Tutela dos Credores da Sociedade por Quotas e a “Desconsideração da Personalidade Jurídica”**. Coimbra: Livraria Almedina, 2009.

ROMANO, Cristiano – **Empresa é risco**: como interpretar a nova definição. São Paulo: Malheiros, 2007.

SANTOS, Filipe Cassiano dos – Sociedades Unipessoais por quotas, exercício individual e reorganizações empresariais. **Direito das Sociedades em Revista**, Coimbra: Almedina, vol. 1, ano 1, 2009.

SILVA, José Afonso da – **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 15ª ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

TOLEDO, Gastão Alves de – **O direito constitucional econômico e sua eficácia**. São Paulo: Renovar, 2004.

VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc – **Curso de direito comercial 2**. São Paulo: Malheiros, 2006.

WARDE JÚNIOR, Walfrido Jorge – **A crise da limitação de responsabilidade dos sócios e a teoria da desconconsideração da pessoa jurídica**. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2004.

WEYNE, Bruno – **O princípio da dignidade da pessoa humana** – Reflexões a partir da filosofia de Kant. São Paulo: Saraiva, 2012.

ANEXO I – Lei Federal 12.441 de 11 de julho de 2011.



Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 12.441, DE 11 DE JULHO DE 2011.⁹⁴

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para permitir a constituição de empresa individual de responsabilidade limitada.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei acrescenta inciso VI ao art. 44, acrescenta art. 980-A ao Livro II da Parte Especial e altera o parágrafo único do art. 1.033, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), de modo a instituir a empresa individual de responsabilidade limitada, nas condições que especifica.

Art. 2º A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 44.

.....
VI - as empresas individuais de responsabilidade limitada.

....." (NR)

"LIVRO II

.....
TÍTULO I-A

DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Art. 980-A. A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

§ 1º O nome empresarial deverá ser formado pela inclusão da expressão "EIRELI" após a firma ou a denominação social da empresa individual de responsabilidade limitada.

§ 2º A pessoa natural que constituir empresa individual de responsabilidade limitada somente poderá figurar em uma única empresa dessa modalidade.

⁹⁴ Lei Federal 12.441 de 11 de julho de 2011. [Em linha]. [Consult. 24 Jun 2013]. Disponível em: WWW <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12441.htm>

§ 3º A empresa individual de responsabilidade limitada também poderá resultar da concentração das quotas de outra modalidade societária num único sócio, independentemente das razões que motivaram tal concentração.

§ 4º (VETADO).

§ 5º Poderá ser atribuída à empresa individual de responsabilidade limitada constituída para a prestação de serviços de qualquer natureza a remuneração decorrente da cessão de direitos patrimoniais de autor ou de imagem, nome, marca ou voz de que seja detentor o titular da pessoa jurídica, vinculados à atividade profissional.

§ 6º Aplicam-se à empresa individual de responsabilidade limitada, no que couber, as regras previstas para as sociedades limitadas.

..... "

"Art. 1.033.

.....

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no inciso IV caso o sócio remanescente, inclusive na hipótese de concentração de todas as cotas da sociedade sob sua titularidade, requeira, no Registro Público de Empresas Mercantis, a transformação do registro da sociedade para empresário individual ou para empresa individual de responsabilidade limitada, observado, no que couber, o disposto nos arts. 1.113 a 1.115 deste Código." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação.
Brasília, 11 de julho de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF

José Eduardo Cardozo

Nelson Henrique Barbosa Filho

Paulo Roberto dos Santos Pinto

Luis Inácio Lucena Adams

ANEXO II – Mensagem de veto Presidencial ao §4º da Lei 12.441/11



Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

MENSAGEM Nº 259, DE 11 DE JULHO DE 2011.⁹⁵

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 18, de 2011 (nº 4.605/09 na Câmara dos Deputados), que "Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para permitir a constituição de empresa individual de responsabilidade limitada".

Ouvido, o Ministério do Trabalho e Emprego manifestou-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

§ 4º do art. 980-A, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, inserido pelo art. 2º do projeto de lei

"§ 4º Somente o patrimônio social da empresa responderá pelas dívidas da empresa individual de responsabilidade limitada, não se confundindo em qualquer situação com o patrimônio da pessoa natural que a constitui, conforme descrito em sua declaração anual de bens entregue ao órgão competente."

Razões do veto

"Não obstante o mérito da proposta, o dispositivo traz a expressão 'em qualquer situação', que pode gerar divergências quanto à aplicação das hipóteses gerais de desconsideração da personalidade jurídica, previstas no art. 50 do Código Civil. Assim, e por força do § 6º do projeto de lei, aplicar-se-á à EIRELI as regras da sociedade limitada, inclusive quanto à separação do patrimônio."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, a qual ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

⁹⁵ Mensagem nº 259, de 11 de julho de 2011. [Em linha]. [Consult. 24 Jun 2013]. Disponível em: WWW <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Msg/VEP-259.htm>.

ANEXO III – Movimentação Processual da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4637.⁹⁶

ADI 4637 - AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (Eletrônico)

[Ver peças eletrônicas]

Origem: **DF - DISTRITO FEDERAL**
 Relator: **MIN. GILMAR MENDES**
 REQTE.(S) **PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**
 ADV.(A/S) **RENATO CAMPOS GALUPPO**
 INTDO.(A/S) **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**
 ADV.(A/S) **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**

•	<u>Andamentos</u>			
•	<u>DJ/DJe</u>			
•	<u>Jurisprudência</u>			
•	<u>Deslocamentos</u>			
•	<u>Detalhes</u>			
•	<u>Petições</u>			
•	<u>Petição Inicial</u>			
•	<u>Recursos</u>			
Data	Andamento	Órgão Julgador	Observação	Documento
27/11/2012	Conclusos ao(à) Relator(a)			
26/11/2012	Recebimento dos autos		da PGR	
26/11/2012	Petição		61743/2012 - 26/11/2012 - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - APRESENTA PARECER PELA IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO.	
24/05/2012	Vista à PGR			
23/05/2012	Petição		26728/2012 - 23/05/2012 - (PETIÇÃO ELETRÔNICA COM CERTIFICAÇÃO DIGITAL) ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO - APRESENTA MANIFESTAÇÃO.	

⁹⁶ Movimentação Processual da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4637. [Em linha]. [Consult. 24 Jun 2013]. Disponível em: [WWW < http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=4123688>](http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=4123688)

21/05/2012	Publicação, DJE		Despacho de 19/04/2012 (DJE nº 98, divulgado em 18/05/2012)	<u>Despacho</u>
17/05/2012	Vista ao AGU			
16/05/2012	Petição		Petição: 25123 Data: 16/05/2012 15:27:32.117 GMT-03:00	
03/05/2012	Expedido(a)		Ofício - Informação Petição Inicial Ação Controle de Constitucionalidade - Relator	
30/04/2012	Comunicação assinada		Ofício - Informação Petição Inicial Ação Controle de Constitucionalidade - Relator	
23/04/2012	Certidão		Certifico que elaborei 1 ofício. Despacho de 19/4/2012.	
20/04/2012	Adotado rito do Art. 12, da Lei 9.868/99	MIN. GILMAR MENDES	em 19/4/2012: "Considerando-se a relevância da matéria, adoto o rito do art. 12 da Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, e determino: 1) requisitem-se as informações definitivas, a serem prestadas no prazo de 10 dias; 2) após, remetam-se os autos, sucessivamente, ao Advogado-Geral da União e ao Procurador-Geral da República, para que se manifestem no prazo de 5 dias. Publique-se"	
12/08/2011	Conclusos ao(à) Relator(a)			
12/08/2011	Distribuído		MIN. GILMAR MENDES	

12/08/2011	Autuado			
------------	---------	--	--	--

ANEXO IV - PROJETO DE LEI Nº 2468, DE 2011⁹⁷

(Do Sr. Carlos Bezerra)

Altera o art. 980-A da Lei nº 10.406, 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), inserido pela Lei nº 12.441, de 11 de julho de 2011, que instituiu a empresa individual de responsabilidade limitada.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 980-A, caput, e seu § 6º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, incluído pela Lei nº 12.441, de 11 de julho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 980-A. A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a 50 (cinquenta) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.

§ 6º Aplicam-se à empresa individual de responsabilidade limitada, no que couber, as regras previstas para as sociedades limitadas e aquelas dispostas no tratamento tributário simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, decorrentes do programa Simples Nacional, conforme previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com suas alterações”. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

⁹⁷ Projeto de Lei nº 2468 de 2011. [Em linha]. [Consult. 10 Jul 2013]. Disponível em: WWW<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=002BE3D093B54684DEE1D58D75088A2F.node2?codteor=927285&filename=PL+2468/2011>

ANEXO V – ÍNTEGRA DA TRAMITAÇÃO DO PL 2468/2011⁹⁸

Projeto de Lei

Situação: Aguardando Parecer na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

Identificação da Proposição

Autor

Carlos Bezerra - PMDB/MT

Apresentação

05/10/2011

Ementa

Altera o art. 980-A da Lei nº 10.406, 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), inserido pela Lei nº 12.441, de 11 de julho de 2011, que instituiu a empresa individual de responsabilidade limitada.

Explicação da Ementa

Reduz o limite mínimo do capital social integralizado para constituição de empresa individual de responsabilidade limitada e estabelece a aplicação do tratamento tributário simplificado do programa Simples Nacional.

Indexação

Alteração, Código Civil, redução, limite, capital social integralizado, criação, empresa individual de responsabilidade limitada, enquadramento, normas, Simples Nacional.

Informações de Tramitação

Forma de apreciação

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Regime de tramitação

Ordinária

Despacho atual:

Data	Despacho
03/11/2011	Às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD) - Art. 24, II Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II Regime de Tramitação: Ordinária

Última Ação Legislativa

Data	Ação
------	------

⁹⁸ Íntegra da Tramitação do PL 2468/2011. [Em linha]. [Consult. 10 JuL 2013]. Disponível em: WWW<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_imp.jsessionid=002BE3D093B54684DEE1D58D75088A2F.node2?idProposicao=522763&ord=1&tp=completa> - acessado em 10 de julho de 2013>.

03/11/2011	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD) - Art. 24, II Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II Regime de Tramitação: Ordinária
21/03/2012	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) Aprovado por Unanimidade o Parecer.
04/06/2013	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Designado Relator, Dep. Júlio Cesar (PSD-PI)

Documentos Anexos e Referenciados

Avulsos	Legislação Citada	Mensagens, Ofícios e Requerimentos (2)
Destaques (0)	Histórico de Pareceres, Substitutivos e Votos (2)	Relatório de conferência de assinaturas
Emendas (1)	Recursos (0)	
Histórico de despachos (1)	Redação Final	

Pareceres Aprovados ou Pendentes de Aprovação

Comissão	Parecer
Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)	07/12/2011 - Parecer do Relator, Dep. João Maia (PR-RN), pela aprovação. 21/03/2012 01:00 <i>Reunião Deliberativa Ordinária</i> Aprovado por Unanimidade o Parecer.
Comissão de Finanças e Tributação (CFT)	-
Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	-

Tramitação

Data	Andamento
05/10/2011	PLENÁRIO (PLEN) • Apresentação do Projeto de Lei n. 2468/2011, pelo Deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), que: "Altera o art. 980-A da Lei nº 10.406, 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), inserido pela Lei nº 12.441, de 11 de julho de 2011, que instituiu a empresa individual de responsabilidade limitada".

05/10/2011	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) <ul style="list-style-type: none"> • Publicação inicial no DCD do dia 06/10/11 PÁG 55479 COL 01.
03/11/2011	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) <ul style="list-style-type: none"> • Às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD) - Art. 24, II Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II Regime de Tramitação: Ordinária
03/11/2011	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) <ul style="list-style-type: none"> • Publicação do despacho no DCD do dia 04/11/2011
07/11/2011	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) <ul style="list-style-type: none"> • Encaminhada à publicação. Avulso Inicial
07/11/2011	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) <ul style="list-style-type: none"> • Recebimento pela CDEIC.
10/11/2011	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) <ul style="list-style-type: none"> • Designado Relator, Dep. João Maia (PR-RN)
11/11/2011	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) <ul style="list-style-type: none"> • Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 14/11/2011)
23/11/2011	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) <ul style="list-style-type: none"> • Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.
07/12/2011	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CDEIC, pelo Deputado João Maia (PR-RN). • Parecer do Relator, Dep. João Maia (PR-RN), pela aprovação.
14/12/2011	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) - 09:30 <ul style="list-style-type: none"> • Retirado de pauta, de ofício.
14/03/2012	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) - 09:30 <ul style="list-style-type: none"> • Retirado de pauta pelo Relator.
21/03/2012	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) - 10:00 <ul style="list-style-type: none"> • Aprovado por Unanimidade o Parecer.
21/03/2012	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) <ul style="list-style-type: none"> • Recebimento pela CFT.
21/03/2012	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) <ul style="list-style-type: none"> • Parecer recebido para publicação.

22/03/2012	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) <ul style="list-style-type: none"> Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio publicado no DCD de 23/03/12 PAG 8335 COL 02, Letra A.
03/04/2012	PLENÁRIO (PLEN) <ul style="list-style-type: none"> Apresentação do Requerimento de Apensação n. 4842/2012, pelo Deputado Eli Correa Filho (DEM-SP), que: "Solicita o apensamento do Projeto de Lei nº 3298/2012 ao Projeto de Lei nº 2468/2011".
04/04/2012	PLENÁRIO (PLEN) <ul style="list-style-type: none"> Apresentação do Requerimento de Apensação n. 4860/2012, pelo Deputado Vicente Candido (PT-SP), que: "Solicita o apensamento do PL 3298/2012 ao PL 2468/2011".
09/04/2012	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) <ul style="list-style-type: none"> Designado Relator, Dep. Antônio Andrade (PMDB-MG)
10/04/2012	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) <ul style="list-style-type: none"> Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 11/04/2012)
12/04/2012	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) <ul style="list-style-type: none"> Indefiro o Requerimento n. 4.842/2012, conforme o seguinte teor de despacho: "Indefiro o Requerimento n. 4.842/2012, nos termos do art. 142, parágrafo único do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, tendo em vista que o Projeto de Lei n. 2.468/2011, que tramita sujeito à apreciação conclusiva pelas comissões, já recebeu parecer de mérito da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio - CDEIC. Publique-se. Oficie-se."
19/04/2012	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) <ul style="list-style-type: none"> Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Foi apresentada uma emenda.
29/04/2013	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) <ul style="list-style-type: none"> Devolvida sem Manifestação.
04/06/2013	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) <ul style="list-style-type: none"> Designado Relator, Dep. Júlio Cesar (PSD-PI)

Detalhamento dos Documentos Anexos e Referenciados

PL 2468/2011 Emendas apresentadas

PL 2468/2011 Histórico de Despachos

Data	Despacho
-------------	-----------------

03/11/2011	Às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD) - Art. 24, II Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II Regime de Tramitação: Ordinária
------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

PL 2468/2011 Pareceres apresentados

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

Pareceres, Substitutivos e Votos	Tipo de proposição	Data de apresentação	Autor	Descrição
PRL 1 CDEIC => PL 2468/2011	Parecer do Relator	07/12/2011	João Maia	Parecer do Relator, Dep. João Maia (PR-RN), pela aprovação.
PAR 1 CDEIC => PL 2468/2011	Parecer de Comissão	21/03/2012	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio	Aprovado por Unanimidade o Parecer.. Parecer do Relator, Dep. João Maia (PR-RN), pela aprovação.

PL 2468/2011 Mensagens, Ofícios e Requerimentos

PLENÁRIO (PLEN)

Número	Tipo	Data de apresentação	Autor	Ementa
REQ 4842/2012 => PL 2468/2011	Requerimento de Apensação	03/04/2012	Eli Correa Filho	Solicita o apensamento do Projeto de Lei nº 3298/2012 ao Projeto de Lei nº 2468/2011.
REQ 4860/2012 => PL 2468/2011	Requerimento de Apensação	04/04/2012	Vicente Candido	Solicita o apensamento do PL 3298/2012 ao PL 2468/2011

ANEXO VI – RELATÓRIO ESTATÍSTICO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ – REGISTRO, MODIFICAÇÃO e EXTINÇÃO DE EMPRESAS

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

DATA: 15/07/2013

FOLHAS: 001 / 004

RELATÓRIO ESTATÍSTICO MENSAL

PERÍODO: 01/01/2013 a 30/06/2013

1 - REGISTRO/ARQUIVAMENTO POR TIPO EMPRESARIAL (EXCETO MEI)			
NATUREZA JURÍDICA	CONSTITUIÇÃO	ALTERAÇÃO	EXTINÇÃO
203-8 SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	0	8	0
204-6 SOCIEDADE ANÔNIMA ABERTA	0	56	0
205-4 SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA	55	195	2
206-2 SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	2880	10818	632
207-0 SOCIEDADE EMPRESÁRIA EM NOME COLETIVO	0	3	0
208-9 SOCIEDADE EMPRESÁRIA EM COMANDITA SIMPLES	1	0	0
213-5 EMPRESÁRIO	4969	7264	2328
214-3 COOPERATIVA	9	8	0
215-1 CONSÓRCIO DE SOCIEDADES	16	7	1
230-5 EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LTDA	314	666	13
TOTAL	8244	19025	2976